

SANEAR

A REVISTA DO SANEAMENTO

ANO XIII
N. 36

OS DESAFIOS DO SANEAMENTO NO BRASIL

Com a aprovação do Novo Marco Legal, é preciso dar o próximo passo: entender características regionais visando à montagem dos melhores arranjos, ampliar os planos de melhoria de eficiência e estabelecer parcerias entre agentes públicos e privados para agilizar a universalização dos serviços para todos os brasileiros

- Christianne Dias Ferreira, diretora-presidente da ANA, explica as mudanças na Agência
- Brasil Hídrico: companhias estaduais realizam grandes obras pelo país
- Câmara Técnica de Gestão Empresarial cria cartilha sobre mudanças na legislação

SABIA QUE, A CADA **100 LITROS** DE ÁGUA TRATADA, **37** SÃO DESPERDIÇADOS?

Vazamentos, ligações irregulares, falta de medição e fraude. Diariamente, as companhias estaduais de saneamento combatem o desperdício hídrico realizando a troca de hidrômetros e fiscalizando ligações clandestinas.

Mas você também pode fazer a sua parte!

- >> Denuncie desperdícios. Fale com a central de atendimento de sua companhia estadual de saneamento.
- >> Providencie reparos contra vazamentos. Essa iniciativa também evita contas altas.

Pratique o consumo sustentável!

Acompanhe o trabalho da Aesbe e de suas associadas no site: aesbe.org.br

COMPROMISSO CONJUNTO PARA VENCER OS DESAFIOS

APROVAÇÃO DA LEI Nº 14.026/2020: QUAL A MELHOR FORMA DE COLOCÁ-LA EM PRÁTICA E AVANÇAR

no saneamento no Brasil? Desde a entrada em vigor do Novo Marco Regulatório do Saneamento, Lei nº 14.026/2020, no mês de julho, esse questionamento vem sendo feito por operadores e especialistas do setor, bem como pela própria sociedade. A lei foi aprovada como sendo a única forma de salvar o saneamento do país, explicitando que só o setor privado, com sua capacidade “bilionária” de acesso a recursos, poderia solucionar, em definitivo, o acesso de mais de 30 milhões de brasileiros a água e mais de 100 milhões a esgotamento sanitário. Muitos, de forma efusiva, explicitam, que, como um milagre, dinheiro não vai faltar e a situação irá mudar de forma radical: “teremos um saneamento de primeiro mundo”.

Olhando para a realidade do país, com sua dimensão continental, realidades díspares e diversidades regionais – renda, cultura, situação habitacional –, especialmente quanto à situação e disponibilidade hídrica, esta agravada pela nova realidade provocada pelas mudanças climáticas, expõem que o desafio da universalização requer muito mais do que recurso financeiro; requer um olhar para um planejamento regional, a necessidade de ganhos de eficiência e uma gestão voltada para a melhoria contínua dos processos e uma busca para atendimento a todas as cidades. Percebe-se, do cenário acima posto, que o desafio não é pequeno, e que a solução posta não é só financeira.

A Lei nº 14.026/2020 trouxe no seu arcabouço alguns avanços, que entendemos serem importantes para o setor, a exemplo do novo papel a ser desenvolvido pela ANA no estabelecimento das novas normas de referência, buscando, dessa forma, estabelecer

um mínimo de segurança jurídica para o setor. Da mesma maneira, ao tornar explícito em seu texto que o Estado também é o titular dos serviços, de forma compartilhada com os municípios onde houver interesse comum, configura um grande avanço e resolve uma pendência jurídica existente desde a entrada em vigor da Lei nº 11.445, no ano de 2007.

Mas, para vencer esse desafio gigantesco da universalização dos serviços de saneamento, não basta só a lei. Só ela não vai trazer o cenário de universalização dos serviços previstos para 2033. O primeiro desafio, vencido o veto, é regulamentar os dispositivos dessa lei. Nesse ponto, é importante observar que estes, especialmente o que regulamenta a verificação da capacidade das empresas de honrar financeiramente seus contratos, devem ser feitos de forma a buscar a inclusão de todos os operadores nesse processo, e não como um elemento de filtragem privada. Precisamos que os contratos assinados sejam respeitados, sob pena de criarmos uma insegurança jurídica sem precedentes para o setor. O segundo desafio, e este entendo ser o mais relevante, é como dispor de arranjos regionais, com a segurança jurídica necessária, que permitam manter o sistema sustentável operacionalmente e economicamente, sem deixar nenhum município de fora. Afinal, na visão da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), temos de buscar a universalização e não a privatização das áreas mais rentáveis, que, por sinal, são as que possuem maior cobertura dos serviços. Para esse processo, todos são chamados: técnicos, empresas, governos e sociedade.

Vê-se, portanto, que, estabelecidos alguns pontos desse grande desafio que hoje enfrentamos na busca da universalização dos serviços, não há como simplesmente

expurgar do processo, como muitos pensam, ou desejam, o setor público, por meio das suas companhias de saneamento. Não estou aqui defendendo o “status quo”, ou que não há necessidade de avanços e de melhoria de eficiência. Não é esse o caso. Pela diversidade do país e por conhecer de perto o desafio enfrentado para se levar água a cidades encravadas no semiárido nordestino, posso afirmar que só um grande pacto pelo saneamento do Brasil, envolvendo atores públicos e privados, juntos, poderá dar a resposta de que o nosso país e nossa população precisam.

Nesse contexto, a Aesbe e todas as suas associadas trabalham incessantemente para mostrar ao poder público e, principalmente, à sociedade, que a tão almejada universalização depende de um esforço conjunto dos entes envolvidos no setor. Nosso compromisso é trabalhar para o alcance da legislação mais adequada, que permita universalizarmos os serviços de saneamento e promover a melhor prestação de serviços. Nossas câmaras técnicas atuam com as empresas estaduais garantindo segurança institucional e jurídica para o cumprimento de metas. Temos promovido e participado de debates e eventos para aprimorar o futuro do setor. Só o diálogo permite o progresso, e a Aesbe segue determinada a se manter protagonista dessa discussão.



Marcus Vinícius Neves,
diretor-presidente da Aesbe

O uso consciente da água faz a diferença no combate à pandemia



O Brasil e o mundo enfrentam, desde o início do ano, a pandemia do coronavírus. Durante esse período, as companhias estaduais de saneamento têm cumprido seu papel, sendo responsáveis por diversas iniciativas para garantir abastecimento de água a **170 milhões de pessoas** em mais de **4 mil municípios**.



E você também pode fazer sua parte! Lavar as mãos com água e sabão é uma das mais importantes atitudes para prevenir a contaminação pelo coronavírus.



Para saber mais sobre as ações das companhias estaduais de saneamento acesse o QR Code.

**18 MATÉRIA DE CAPA**

Companhias de todo o Brasil analisam as adversidades no caminho para a universalização dos serviços

6 ENTREVISTA

Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Christianne Dias, fala das expectativas com as mudanças trazidas pelo Novo Marco Legal

8 ÚLTIMAS

Acompanhe as principais novidades sobre o saneamento

10 COLUNA DA ASSOCIADA

Saneago apresenta resultados em governança, *compliance*, obras e campanhas de conscientização

12 AESBE NO CONGRESSO

Aesbe lança portal na internet com tudo sobre a tramitação e os desdobramentos da Lei nº 14.026/2020

14 INOVAÇÃO

Saiba mais sobre tecnologias no setor hídrico que reduzem desperdício de água

16 SUSTENTABILIDADE

Governo federal regulamenta o correto descarte de medicamentos

28 CÂMARAS TÉCNICAS

Conheça o trabalho das Câmaras Técnicas Comercial e de Controle da Qualidade da Água

31 BRASIL HÍDRICO

Confira as principais reportagens realizadas pelas empresas associadas

52 BEM-ESTAR

Saiba como se prevenir das doenças transmitidas por alimentos (DTA)

54 OPINIÃO

Diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, fala sobre o futuro do saneamento após o Novo Marco Legal

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Marcus Vinícius Fernandes Neves (Cagepa/PB). **Projeto Editorial, Gráfico, Design, Redação e Revisão:** iComunicação. **Capa:** Shutterstock. **Imagens:** Agência Senado, Arquivo Caer, Arquivo Casal, Arquivo Casan, Arquivo Corsan, Arquivo Cosanpa, Arquivo Compesa, Arquivo Embasa, Arquivo Deso, Arquivo Pessoal, Arquivo Sabesp, Arquivo Saneago, Arquivo Sanepar, Arquivo Saneul, Divulgação, Divulgação Aesbe, Deyvison Teixeira, Francisco França, Isac Nóbrega/PR, Jonilton Lima, LiaMarinha/Divulgação, Shutterstock, Status4/Divulgação, Waldeir Cabral e Waldemir Barreto. **Impressão:** Gráfica Coronário. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Diretor-Presidente:** Marcus Vinícius Fernandes Neves (Cagepa/PB). **Diretores-Vice-Presidentes Regionais:** Neuri Freitas (Cagece/CE), Rogério Cedraz (Embasa/BA), Ricardo Soavinski (Saneago/GO), Armando do Valle (Cosama/AM), Carlos Eduardo Tavares de Castro (Copasa/MG) e Cláudio Stabile (Sanepar/PR). **Conselho Fiscal:** Roberta Maas dos Anjos (Casan/SC), James da Silva Serrador (Caer/RR) e Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN).



Jonilton Lima

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Mineira de Belo Horizonte, Christianne é professora de Direito Privado e professora-assistente do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) desde 2010. Possui especialização em Processo Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrado em Direito e Políticas Públicas pelo Uniceub. Atuou como subchefe adjunta na Coordenadoria de Infraestrutura da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e é integrante do Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O NOVO MARCO LEGAL PARA O SETOR VEM PARA AJUDAR A LEVAR O PAÍS AO CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO, E ISSO PODERÁ SER FEITO POR PRESTADORES PÚBLICOS OU PRIVADOS, DESDE QUE SEJAM EFICIENTES E PRESTEM UM SERVIÇO DE QUALIDADE”

A LEI Nº 14.026/2020, O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO, confere à Agência Nacional de Águas (ANA) diferentes atribuições. A partir de agora, ela terá a competência de uniformizar a regulação técnica e tarifária do setor em todo o país, além de definir padrões de qualidade e eficiência na prestação do serviço e na manutenção e operação dos sistemas de saneamento básico e emitir normas de referência relacionadas ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem de águas pluviais em cidades, entre outras. Até mesmo o nome mudou. Agora passa a se chamar Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Para falar sobre esse novo panorama, a diretora-presidente da ANA, Christianne Dias Ferreira, concedeu entrevista exclusiva à Revista Sanear.

O novo Marco do Saneamento Básico prevê que a Agência Nacional de Águas (ANA) padronize a regulação técnica e tarifária do setor. Fale sobre as expectativas da agência para essa nova fase. As competências da ANA para a uniformização da regulação técnica e econômica do setor serão exercidas de forma gradual e progressiva, como assinala o novo marco,

a Lei nº 14.026/2020. O § 4º do art. 4-A da Lei nº 9.984/2000, a lei de criação da agência, estabelece os procedimentos a serem seguidos pela ANA para a edição das normas de referência, a exemplo da realização de consultas e audiências públicas e da avaliação das melhores práticas do setor. Também foram ouvidas as entidades encarregadas da regulação e fiscalização e as entidades representativas dos municípios. Isso nos dá a orientação de que devemos considerar as boas experiências que já existem e, a partir delas, construir essa uniformização regulatória a ser observada pelas agências reguladoras infranacionais e cumpridas pelos prestadores de serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana, sejam eles públicos ou privados. Tudo isso já nos coloca um grande desafio que tem de ser administrado com o processo de estruturação da agência. Essa etapa de formação da equipe e organização interna da ANA é necessária, uma vez que a agência passará a exercer uma competência para a qual não dispomos de expertise acumulada. Nós criamos, em fevereiro de 2019, um grupo de trabalho (GT) para irmos nos preparando internamente. Neste ano, tivemos a redistribuição de servidores que estavam alocados em outras áreas e tinham

interesse em trabalhar com o tema para compor o GT Saneamento. Concluímos o processo de seleção de 41 servidores federais de outros órgãos e entidades que deverão ser alocados na ANA, conforme entendimentos mantidos com o Ministério da Economia. O novo marco nos permitiu incorporar à nossa estrutura cargos em comissão para estruturar a equipe técnica. Os dois últimos processos estão em andamento, e espero que sejam concluídos com a máxima brevidade possível. Além dessas medidas, demandamos a realização de concurso público, com o objetivo de suprir cargos autorizados na lei de criação da ANA que estão vagos.

Na sua opinião, quais os principais desafios para a construção da próxima agenda regulatória do saneamento brasileiro? Logo após a sanção do novo marco, iniciamos o diálogo para o processo de construção de nossa agenda regulatória, que estabelecerá os temas prioritários a serem tratados no exercício de 2021 e 2022. Realizamos reuniões com os agentes do setor, agências infranacionais e entidades representativas de municípios e estamos coletando as sugestões para a composição da agenda regulatória para o próximo biênio. Terminada essa fase, daremos início à proposta preliminar que será submetida à consulta pública a ser realizada pela internet. Desse modo, esperamos avaliar as contribuições e aprovar a agenda no último trimestre deste ano.

Considerando a atual diversidade de normas estaduais e municipais que envolvem o saneamento básico, de que maneira a ANA pretende equalizar as diretrizes nacionais para a prestação de serviços e outros pontos envolvendo a regulação? As normas da ANA serão de referência, como o nome já diz, ou seja, seu cumprimento será feito por adesão. Como incentivo, aqueles que observarem a essas normas terão acesso aos recursos públicos federais e aos geridos ou operados por órgãos e entidades da União. Entendemos que essa verificação deve ser feita quando da solicitação de apoio a projetos por parte

dos municípios ou operados do setor. À ANA caberá manter atualizada e disponível em seu sítio eletrônico a relação das entidades reguladoras que atenderem às normas de referência. Quero ressaltar a motivação para a escolha desse caminho, primeiro por ser a titularidade dos serviços de competência municipal – ou seja, não estamos tratando de um serviço regulado pela União –, e segundo porque a busca pela segurança jurídica e pela previsibilidade para os investimentos do setor demanda normas regulatórias estáveis e, até certo ponto, uniformes ou harmonizadas no país, apesar da nossa enorme diversidade regional. Nesse aspecto, o novo marco é claro ao determinar que a agência, ao instituir as normas, deve permitir a adoção de métodos, técnicas e processos adequados às peculiaridades locais e regionais.

“AQUELES QUE OBSERVAREM A ESSAS NORMAS TERÃO ACESSO AOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS E AOS GERIDOS OU OPERADOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO”

Qual é a visão da agência acerca da atuação conjunta entre a iniciativa privada e as companhias estaduais de saneamento? O Novo Marco Legal para o setor ajuda o país a trilhar o caminho da universalização do serviço, e isso poderá ser feito por prestadores públicos ou privados, desde que sejam eficientes e ofereçam um serviço de qualidade. O bom prestador vai continuar no mercado, seja ele privado ou público. Não tenho dúvida da contribuição que a implementação do novo marco e a atuação

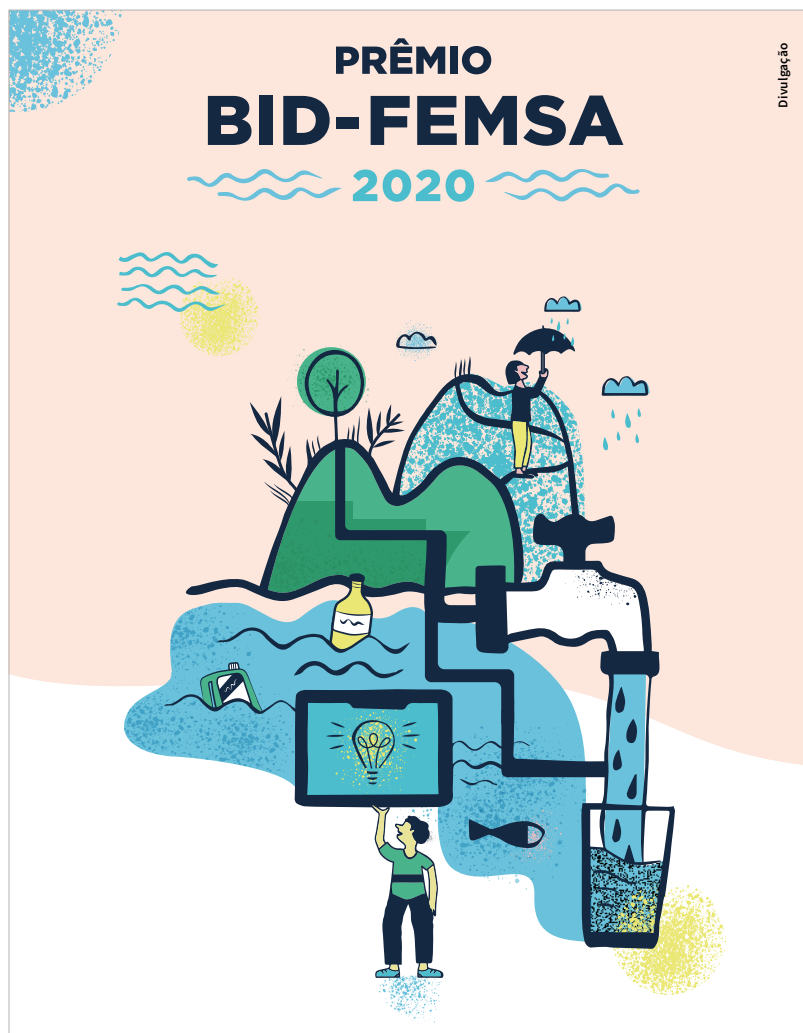
da ANA darão ao país. Desde o início da discussão no governo federal, que se iniciou em 2016, na Casa Civil da Presidência da República, o diagnóstico apontava a multiplicidade de normas, conceitos e metodologias utilizados por cada um dos entes reguladores do setor. Essa diversidade tem acarretado elevados custos aos operadores e investidores, dificultando a atração de novos investimentos. A uniformização regulatória do setor e a adoção das melhores práticas vão contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e reduzir custos de transação que oneram a população.

Existe alguma previsão para a consolidação das normas de referência da próxima agenda regulatória? Comente como a agência pretende dialogar com a sociedade sobre esses passos. Nosso trabalho é pela universalização, pela qualidade nos serviços e pelo alcance das metas contratualizadas, dos investimentos requeridos e de maior qualidade de vida para toda a população. Para isso, buscaremos atuar com previsibilidade, transparência e segurança jurídica. A agenda regulatória a ser aprovada contará com previsão de normas a serem escalonadas no tempo. Entre essas normas, destaco a que se refere ao disciplinamento de como atuaremos no processo de elaboração das normas de referência, ou seja, uma norma de procedimento que antecederá todas as outras e será de conhecimento geral. Com a implementação da agenda regulatória aprovada para os anos de 2021 e 2022, esperamos que o processo de uniformização ocorra em parceria com as agências infranacionais, as quais têm a responsabilidade de implementar essas normas, adaptando seus normativos de forma gradual e progressiva. Lembro-me que essa é uma das condições para acesso aos recursos onerosos e não onerosos da União ou recursos geridos ou operados por seus órgãos e entidades. Na edição de cada norma, iremos mapear as boas experiências e colher o aprendizado de medidas que não foram exitosas. Creio que, dessa forma, caminharemos para um novo cenário, no qual a sociedade poderá contar com serviço universalizado e de qualidade. ♦

Aesbe realizará série de *webinars* gratuitos “Falando de Saneamento”, com a presença de presidentes e representantes das companhias estaduais

Ter acesso a água potável e a tratamento adequado de esgoto se reflete na saúde da população, na redução da mortalidade infantil, na melhora dos índices de educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, no aumento da renda do trabalhador, na despoluição dos rios e na preservação dos recursos hídricos, entre outros. Saneamento é um fator essencial para que um país possa ser chamado de desenvolvido.

Para ampliar o entendimento da sociedade sobre o tema, a Aesbe irá promover a série de *webinars* gratuitos “Falando de Saneamento”. Os encontros serão transmitidos por meio do canal da Aesbe no YouTube e contarão com a presença de estudiosos, especialistas e representantes de companhias estaduais de saneamento. Entre os assuntos que serão abordados se destacam: os desafios do saneamento no Brasil; as inovações no setor; as perdas nos sistemas de abastecimento; e os novos arranjos para a busca da universalização. Acompanhe o portal da Aesbe para mais informações: aesbe.org.br.



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO PROMOVE O PRÊMIO BID-FEMSA 2020

Em parceria com a Fundação FEMSA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) promove o Prêmio BID-FEMSA 2020. A iniciativa oferece estímulo de 10 mil reais para as ações mais inovadoras nas categorias água, saneamento e manejo de resíduos sólidos. Podem participar inovações voltadas para o desenvolvimento de soluções ou produtos que tenham sido implementados e estejam em execução há um mínimo de seis meses e máximo de quatro anos, a contar da abertura da convocatória, que se encerrou no dia 9 de agosto. Desde 2009, o prêmio é concedido a empreendimentos, produtos, iniciativas ou serviços criativos que já tenham resultados positivos comprovados no setor de saneamento. Neste ano, o evento ocorrerá virtualmente, em dezembro, e será transmitido pelo site premiobidfemsa.com, no qual os finalistas apresentarão suas soluções para os juízes e para o público, ao vivo.

BNDES RECEBE 350 MILHÕES DE REAIS PARA FINANCIAR PROJETOS DE SANEAMENTO

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2009, o programa Fundo Clima é destinado a combater mudanças climáticas e já investiu R\$ 790 milhões de reais em planos de redução da emissão de gases do efeito estufa. Agora, o fundo destinará R\$ 350 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento em projetos de saneamento e recuperação de resíduos sólidos. Segundo o banco, o objetivo do programa deste ano é melhorar a qualidade de vida da população urbana, focando a urbanização, o meio ambiente e as condições sanitárias. Os projetos que desejarem receber o aporte do banco precisam estar relacionados à implementação de empreendimentos, à aquisição de máquinas e equipamentos ou ao lançamento de inovação tecnológica e poderão receber contribuições de até R\$ 30 milhões a cada 12 meses.

BANCO MUNDIAL ALERTA PARA A NECESSIDADE DE APOIO FINANCEIRO ÀS EMPRESAS DE SANEAMENTO

Muitas empresas de saneamento encontram-se em situação financeira crítica, em decorrência da redução de até 70% nas suas receitas, ocasionada pela falta de pagamento de clientes residenciais, comerciais e industriais devido à pandemia. Esse alerta foi dado pelo Banco Mundial em conjunto com a Unicef e o Instituto Internacional da Água de Estocolmo. As entidades afirmam que o ônus econômico dessas empresas, no primeiro semestre de 2020, pode atingir níveis insustentáveis. A recomendação é de que sejam elaborados planos de recuperação com a ajuda de recursos públicos. Uma das maiores preocupações das entidades é a falta de acesso aos serviços pelos grupos mais pobres do país.

Congresso terá segunda fase de agenda voltada para o saneamento

Com a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento pelo Congresso, os parlamentares já se organizam para a segunda fase da agenda do setor. Entre as ações planejadas está a liberação de uma fração da cota de 50%, destinada às emendas individuais obrigatórias da área da saúde, para o saneamento. A frente parlamentar também pretende orientar deputados e senadores que queiram participar mais ativamente das discussões sobre saneamento. 💧



Waldemir Barrato/Agência Senado

SANEAGO A SERVIÇO DOS GOIANOS

Com iniciativas voltadas à governança, ao compliance, à realização de obras e ao lançamento de campanhas de conscientização, a companhia apresenta importantes resultados

MESMO ANTES DA APROVAÇÃO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO (Lei 14.026/2020), já estávamos nos reestruturando e tornando nossos processos mais eficientes para melhor atender à população. Ainda no ano passado, efetuamos internamente o fortalecimento das áreas de governança e *compliance*, criando uma superintendência específica para esses segmentos.

Em relação ao planejamento, os termos foram reavaliados, levando em consideração, principalmente, as questões

financeira e econômica. Com isso, passamos a ter mais condições de fazer os investimentos necessários. Hoje, estamos pagando em dia, garantindo, assim, transparência e respeito pelos clientes e pelos prestadores de serviços. Os pagamentos em dia tornam as empresas mais atrativas, despertando mais interesses nas licitações, aumentando a concorrência e, conseqüentemente, diminuindo os custos. Com isso, as obras começam a seguir os cronogramas e, como um moto-contínuo, tudo começa a melhorar.

Nos dois últimos meses, soltamos mais de uma dezena de licitações para novas

obras em todo o estado. E ainda há várias outras em andamento. Conseguimos nos inserir no ranking da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) como uma das dez melhores companhias pelo empenho na universalização dos nossos sistemas, que já apresentam os índices de 97% para o atendimento com água tratada e 64% com esgotamento sanitário, acima da média nacional.

Da mesma maneira que buscamos trazer mais competitividade para as nossas licitações, realizamos um ajuste geral na companhia com a retirada das ressalvas no balanço

Barragem do Sistema João Leite



CAMPANHA CONSUMO CONSCIENTE

Todos os anos, realizamos uma campanha de consumo consciente de água, que inclui ações nas redes sociais, rádios e emissoras de televisão de todo o estado. Assim como no ano passado, a campanha Consumo Consciente Preserva o Meio Ambiente de 2020 tem a participação dos carismáticos mascotes Banja, “o esbanjador” e Sato, “o sensato”. Em sua segunda temporada, eles contam com uma nova amiga de aventuras: Dona Faísca – aquela vizinha que é querida, mas que insiste em manter velhos hábitos, como atear fogo no lixo e lavar a calçada com a mangueira. A iniciativa aborda, de forma lúdica, diferentes maneiras de conscientizar a população sobre o uso racional da água tratada. Um hot site com dicas de economia de água, vídeos e jogos educativos está disponível no endereço: www.saneago.com.br/dicas.



e o enfoque no aumento da eficiência para atender às exigências do mercado. Foi uma série de mudanças e aprimoramentos na gestão, que, somados, geraram os resultados positivos vistos em nossos recentes balanços trimestrais.

Outro quesito importante é a valorização dos nossos seis mil empregados. Aumentamos os investimentos em capacitação e reestruturamos a participação nos resultados, de modo a restar claro que, se a companhia tem melhoras de eficiência e de performance, os colaboradores são diretamente beneficiados por meio de retorno nos dividendos.

Completamos, em setembro, 53 anos de história, cada vez mais fortes. Com as melhorias realizadas e com mais transparência, ganhamos credibilidade. Estamos nos

fortalecendo e otimizando a receita para poder reinvestir e buscar a universalização dos nossos sistemas.

Estiagem | Em 2019, mesmo com a estiagem prolongada, tivemos abastecimento regular, tanto na Região Metropolitana de Goiânia, quanto no interior do estado, graças às ações em parceria com os demais órgãos do Governo de Goiás. Este ano, mesmo com a pandemia, demos prioridade aos trabalhos voltados à prevenção dos efeitos da estiagem. A previsão é de que, novamente, seja assegurado o fornecimento de água às seis milhões de pessoas que vivem nos 226 municípios onde atuamos.

Para isso, realizamos um grande conjunto de pequenas obras voltadas ao operacional, como a automação de sistemas, a troca

de hidrômetros, a perfuração e interligação de poços, a instalação de válvulas redutoras de pressão e a redução de perdas – que é de extrema relevância para a companhia. Goiás tem o menor índice de perda de água do país, e Goiânia é a segunda melhor capital nesse quesito. Enquanto a média nacional é de 38,5%, em Goiás esse índice é de 29,2% e, em Goiânia, é de 21,7%.

Quanto aos mananciais de abastecimento, nosso entendimento é muito claro: somos usuários da bacia. Portanto, apesar de a competência legal não ser nossa, acreditamos que todo usuário deve contribuir para a sua manutenção. É um esforço coletivo. E, para essa questão ambiental, criamos, no ano passado, uma área específica, a Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 💧

MOBILIZAÇÃO DENTRO E FORA DO PARLAMENTO

Campanha da Aesbe pela derrubada dos vetos do Novo Marco Legal reforça importância institucional no que toca ao direito universal à água

MISSÃO DA AESBE ZELAR PELO INTERESSE DE SUAS ASSOCIADAS

e, principalmente, da sociedade. Ela defende que os serviços prestados em todo o país sejam democratizados e eficientes e tenham preços justos. Para garantir esse objetivo, é essencial a existência de um ambiente legal adequado à realidade do país, no qual empresas públicas e iniciativa privada possam atuar juntas para levar água e esgoto tratados a todos os brasileiros.

Para reforçar essa mensagem, foi lançado o site Água é Direito de Todos, no qual a Aesbe, diante da reta final de aprovação da Lei nº 14.026/2020, explica a importância de o parlamento aprovar regras que contribuam para a universalização dos serviços e a atração de investimentos privados – sem que isso signifique uma privatização e abandono de todas as conquistas alcançadas – e que, principalmente, não ofereçam riscos de segurança jurídica, contrariando o próprio propósito da atualização

da legislação. Dividido em seis seções, o portal da internet traz um panorama do Novo Marco Legal do Saneamento, uma linha do tempo da atualização da legislação, informações sobre a atuação da Aesbe, o que está em jogo nos vetos do presidente Jair Bolsonaro e a visão de parlamentares sobre o tema.

O lançamento do site foi acompanhado pela campanha Água é Direito de Todos, veiculada no jornal *Folha de S.Paulo*, com repercussão espontânea em outros veículos de imprensa. A iniciativa sensibilizou, ainda, diversas entidades do setor de saneamento, como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae). Também se engajaram outros atores da sociedade civil, como autoridades acadêmicas, governadores e diversos parlamentares, inclusive os próprios presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre.

Desde que as Medidas Provisórias nº 844/2018 e nº 868/2020 nasceram no Congresso Nacional, a Aesbe vem fazendo um trabalho de municiar os parlamentares brasileiros com informações que não circulam na grande mídia, principalmente devido ao *lobby* dos grupos que têm o interesse econômico de privatizar o saneamento, transformando o direito universal à água em um mero mercado a ser explorado com vistas ao lucro.

Os pilares da Lei nº 14.026/2020 foram frutos de longas negociações no Congresso Nacional. Por isso, os 12 vetos presidenciais representaram – segundo opinião de diversos parlamentares ouvidos pela



Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em pronunciamento via videoconferência, em virtude da pandemia, durante Sessão Deliberativa Remota (SDR) do Senado Federal, que teve o Novo Marco Legal do Saneamento na pauta do dia

Waldemir Barreto/Agência Senado

REPERCUSSÃO NO CONGRESSO

“Não pode fazer o entendimento e não cumprir com o entendimento”



Agência Senado

Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

“O governo pegou pesado. Construímos um acordo na Câmara, depois o levamos ao Senado e, no Senado, ficou mais nítida a presença do governo no acordo”



Agência Senado

Geninho Zuliani
Relator do projeto na Câmara dos Deputados

“Acho que é um ‘tiro no pé’ que o governo está dando, porque um projeto que estava recebendo aplausos entusiasmados de boa parte da sociedade brasileira vai virar uma polêmica inteiramente sem sentido”



Agência Senado

Tasso Jereissati
Relator do projeto no Senado Federal

“Do ponto de vista do acordo político, o acordo não foi cumprido, e, na política, a palavra é muito importante”



Agência Senado

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Revista Sanear – uma quebra do que foi acordado entre os parlamentares para a aprovação da nova lei. O mais emblemático deles trata da derrubada da regra de transição entre os modelos de operação para o saneamento básico, impedindo a renovação dos contratos de programa em vigor por até 30 (trinta) anos e impossibilitando a regularização das chamadas “Situações de Fato” em alguns municípios.

O presidente da Aesbe, Marcus Vinícius Fernandes Neves, salientou a referida transição como um legado positivo de toda a tramitação. “O texto do Novo Marco Legal do Saneamento, debatido e aprovado no Congresso Nacional, é o resultado do que foi possível ser construído com a sociedade, e, embora não tenha sido o que considerávamos como o ideal, foi resultado da articulação realizada pela Aesbe com os parlamentares. E não podemos dizer que não foi uma vitória para as companhias estaduais, visto que a atividade das empresas públicas

foi mantida”. Porém, para o presidente da Aesbe, a quebra de acordo obrigou a entidade a, mais uma vez, encampar uma batalha para defender o ponto, que sequer chegou a entrar na sanção presidencial.

Entre os que se manifestaram contrariamente aos vetos está o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). “Lamento, principalmente pelo pano de fundo, que é uma sociedade tão desigual como a nossa. Por isso, o saneamento é, conceitualmente, um serviço público que depende da realidade brasileira, em que o subsídio cruzado é fundamental. Retirar o prazo de transição entre os modelos, por exemplo, acaba complicando ainda mais o que já era complicado. Precisamos trabalhar por viabilização institucional, com respeito ao estado democrático de direito”, explicou.

Futuro | No cenário em que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico ganha relevância, a regulação também se torna

um tema sensível, acompanhado de perto pela Aesbe, que mantém postura proativa em relação às futuras normas. “Nosso compromisso é trabalhar para obter a legislação mais adequada possível. Nossas câmaras técnicas atuam nas empresas estaduais garantindo segurança institucional e jurídica para o cumprimento de todas as metas e diretrizes anunciadas”, explicou Marcus Vinícius. A Aesbe também tem promovido e aceitado convites para eventos on-line para discutir o futuro do setor. A abertura ao diálogo e a abordagem indispensável de diversas questões – inclusive legislativas – mais uma vez alçaram a Aesbe como protagonista na discussão. 💧

NA INTERNET

Água é Direito de Todos

>> aesbe.org.br/aguaedireitodetodos



CONHECIMENTO E NOVAS IDEIAS A SERVIÇO DO SANEAMENTO

Startups nacionais protagonizam inovações tecnológicas para o setor de saneamento básico, revelando potencial para trabalhar com o poder público em soluções rápidas, modernas e ecológicas

M TODO O MUNDO, INCLUSIVE NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO, proliferam as *startups* – empresas inovadoras e conscientes de seu poder de quebrar paradigmas que oferecem soluções facilmente replicáveis, eficientes, sustentáveis, de baixo custo e de implantação rápida. A Ekam Eco Solutions, a Fresh Room e a Svadha Wash (todas da Índia), a Sanergy (Quênia), a Seabin (Austrália) e a Toilets for People (EUA) são alguns exemplos. O repertório de ações é variado, indo desde novas concepções para banheiros públicos a aspiradores de detritos sólidos para oceanos. Em nosso país, o DNA empreendedor e criativo de empresários brasileiros resulta em interessantes e úteis novidades, como o controle de qualidade no tratamento dos esgotos e o combate ao desperdício hídrico.

Em entrevista à Revista Sanear, o diretor e sócio-fundador da LiaMarinha, William

Pessoa, comentou sobre uma das principais inovações da *startup*, a Estação de Tratamento Natural (ETN). Trata-se de um sistema de ilhas flutuantes e barreiras filtrantes que reduz a quantidade de contaminantes orgânicos e inorgânicos das águas de lagoas, rios e reservatórios. “A solução é inspirada na própria natureza para melhorar a qualidade das águas. Ela realiza todos os processos de transformação química, física e biológica sem recorrer a produtos ou ao consumo de energia elétrica, aproveitando-se apenas dos fenômenos biológicos e orgânicos”, explicou.

As ETNs são projetadas para diversos tipos de empreendimentos, como condomínios residenciais, hotéis, pousadas, ecovilas e vilarejos. O processo envolvido, conhecido como biorremediação, pode ser ampliado para uso em larga escala, auxiliando no saneamento básico realizado pelas companhias públicas estaduais. O empresário explica que a operação

das ETNs não se limita a rios e lagoas. Elas podem ser testadas e implantadas em qualquer município interessado. Um exemplo é o uso nas lagoas de estabilização das Estações de Tratamento de Efluentes (ETE). Desse modo, a tecnologia ajuda no tratamento dos resíduos presentes nas estações geridas pelas companhias e, assim, otimiza todo o seu desempenho. Essa sinergia proporciona mais qualidade ao processo, principalmente diante de condições atípicas no tratamento convencional, como problemas de manutenção, falhas operacionais ou erros de projeto.

Outra parceria entre os setores público e privado foi o projeto-piloto no Rio Gualaxo do Norte, em Minas Gerais, para a recuperação de áreas impactadas após o desastre ambiental na cidade de Mariana. A medida visou a reduzir os sólidos provenientes do rejeito e alguns metais e enriquecer o ambiente aquático com plantas nativas e espécies vegetais

já adaptadas a ecossistemas brasileiros. Para William, parcerias da iniciativa privada com o poder público transmitem uma mentalidade diferente para buscar soluções de baixo custo com resultados mais céleres. “O modelo enxuto de uma *startup* oferece agilidade, sendo as entregas feitas de um modo mais rápido”, afirmou William Pessoa.

“Shazan” do vazamento | A Inteligência Artificial (IA) é uma realidade no mundo, e o nosso país também busca o desenvolvimento dessa tecnologia. Uma das nossas ambições é transformar as atividades produtivas, uma vez que a IA agrega valor à economia ao atuar como geradora de novos negócios, produtos e serviços. A Status4 é uma *startup* que tem como missão proporcionar inteligência para as cidades por meio da Internet das Coisas (IoT, do termo em inglês *Internet of Things*). Seu primeiro e principal desenvolvimento é o 4Fluid, um sistema de gerenciamento de distribuição de água. Seu foco é a detecção automática de vazamentos na rede de distribuição. A diretora e fundadora da Status4, Marília Lara, explica que a tecnologia do 4Fluid tem como alvo a melhoria da distribuição de água e o combate às perdas. “Atuamos com as companhias e os prestadores de serviços que desejam investigar disparidades entre a distribuição e o faturamento financeiro, por exemplo. O nosso principal entregável é um painel de gestão do monitoramento feito por sensores móveis nos pontos de verificação de ruídos de vazamento nos hidrômetros. A vibração no interior do encanamento pressurizado produz um som específico, que difere do de fugas”, esclarece.

Assim, a partir da IA, a onda sonora é comparada com uma classificação que identificará se determinado ponto é suspeito de vazamento. “O 4Fluid é o ‘Shazam’ dos vazamentos. Seguindo a mesma lógica do famoso aplicativo, durante cada coleta de áudio são extraídas cerca de 200 características sonoras que alimentam cinco algoritmos desenvolvidos por nós. Em seguida, comparam-se essas características com a nossa base, que, hoje, é de um milhão e duzentas mil amostras, catalogadas como vazamentos e não vazamentos. Então o sistema sinaliza a probabilidade de haver vazamento naquele ponto”, explica.



Inspiradas na própria natureza, as ETNs podem melhorar a qualidade das águas

Li Marinho/Divulgação

As equipes fazem as varreduras e o geofonista, profissional que realiza a leitura e interpreta os resultados, visita apenas os pontos suspeitos. Além da precisão, outra grande vantagem da inovação criada pela Status4 é a economia de tempo para a localização dos pontos de desperdício. Marília explica que, no modo tradicional de trabalho, os profissionais das companhias percorrem várias ruas na investigação de vazamentos, realizando desligamentos programados nos pontos de distribuição de água e visitas individuais aos hidrômetros até identificarem o local para o reparo.



O 4Fluid nasceu com a missão de acabar com a escassez de água pelo combate às perdas nos centros urbanos

Responsabilidade ambiental | Além de vender inovação, as *startups* do saneamento mostram sintonia com a questão socioambiental. “Para o combate ao desperdício, é essencial que todos estejamos engajados. Vivemos em um mundo moderno, com a presença ostensiva da internet. Por outro lado, sem determinados confortos, incluindo a energia elétrica, ainda podemos sobreviver. Mas isso jamais seria possível sem água, que existe de forma limitada na natureza, enquanto o consumo humano só aumenta. Não estamos falando de gerações futuras. Essa realidade já bate à nossa porta”, ressalta.

Para o coordenador da Câmara Técnica de Desenvolvimento Operacional (CDO) da Aesbe, Alexandre Gomes, o emprego das novas tecnologias desenvolvidas pelas *startups* para o combate ao desperdício de água é muito bem-vindo para incrementar o trabalho das empresas. “As inovações representam oportunidades para que o trabalho das companhias evolua de forma mais rápida. A CDO funciona como um catalisador para promover o compartilhamento de experiências e produtos, e a aceleração da implantação de soluções tecnológicas de ponta.” Para isso, a câmara – que congrega os técnicos das companhias responsáveis por 70% do saneamento do país e atuam diretamente na prevenção de perdas – constantemente convida fabricantes a apresentarem o resultado de novas pesquisas e produtos. 💧



DECRETO REGULAMENTA DESCARTE AMBIENTALMENTE CORRETO DE MEDICAMENTOS

Logística reversa facilita a destinação de remédios vencidos ou em desuso, evitando prejuízos ao solo e à água

SEGUNDO O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIAS (CFF), no Brasil existe uma farmácia para cada 2.700 habitantes. Todos os cerca de 5.570 municípios possuem estabelecimentos do tipo. Não por acaso, o país ocupa a sexta posição entre os que mais consomem medicamentos no mundo. De acordo com os dados mais recentes do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), o setor faturou R\$ 103 bilhões em 2018, valor 8,31% maior que o de 2017. A tendência é que os números cresçam a cada ano.

Contudo, e ao final do tratamento? O que os brasileiros devem fazer com remédios vencidos, comprimidos e líquidos que sobram nas embalagens etc.? Pouca gente sabe, mas medicamentos não devem ser jogados no lixo comum ou no esgoto doméstico. Isso porque os sistemas de tratamento de esgoto não conseguem eliminar algumas das substâncias neles contidas e elas acabam contaminando o meio ambiente e até mesmo causando danos aos seres vivos.

SOLUÇÕES

O programa Descarte Consciente, criado pelo Brasil Health Service (BHS), é considerado a maior iniciativa do país voltada para a coleta de medicamentos vencidos ou em desuso. Várias farmácias participam do projeto e, nelas, há uma estação coletora, desenvolvida com as exigências sanitárias previstas para facilitar o descarte adequado. Para saber mais, acesse o site: descarteconsciente.com.br.

Para reverter esse cenário, o presidente Jair Bolsonaro assinou, no dia 5 de junho deste ano, o Decreto nº 10.388/2020, que institui o sistema de logística reversa dos medicamentos domiciliares. A iniciativa consiste em retornar ao fabricante os remédios vencidos ou em desuso. Para isso, drogarias, farmácias e distribuidores deverão disponibilizar pontos de coleta de descarte, para que a população possa depositar todos esses produtos que, posteriormente, serão enviados ao destino final ambientalmente adequado.

De acordo com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em pronunciamento veiculado na TV Brasil, o decreto consolida um importante marco na política ambiental. “A logística reversa dos medicamentos é uma conquista do setor do meio ambiente urbano, que se debruça sobre o tema há dez anos. Essa iniciativa vai diminuir, de forma concreta, os danos ao meio ambiente e à fauna e à flora e ajudar as pessoas em todas as regiões do país, até as mais remotas. Com o decreto, toda a cadeia da logística reversa se mobiliza para dar a destinação correta aos medicamentos”, afirma. Já o presidente do Sindusfarma, Nelson Mussolini, disse que o decreto beneficiará aproximadamente 120 milhões de brasileiros e contará com 10 mil pontos de recolhimento espalhados pelas regiões brasileiras.

Desafios | O assunto não é novidade. Os sistemas de logística reversa são uma das ferramentas mais atuais e eficazes para diminuir os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos sólidos – principalmente no meio urbano –, a exemplo de pilhas, baterias e óleo de cozinha, de acordo com a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

No entanto, o Brasil avançou pouco nas ações de contenção previstas, principalmente no que toca à geração de lixo. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, a produção de resíduos sólidos urbanos cresceu 11% nos últimos dez anos, passando de 71,2 milhões de toneladas por ano em 2010 para 79 milhões de toneladas em 2020. Individualmente, os cidadãos geraram cerca de 1,6% a mais de lixo: antes, eram 373 quilos, anualmente, por indivíduo, e agora são 380 quilos.



O advogado, especialista em Direito Ambiental e membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/PR Shalom Moreira Baltazar ressalta que o descarte inadequado de resíduos em geral, não só de medicamentos, pode ocasionar consequências negativas ao meio ambiente, seja pelo risco de eventual contaminação – quando se trata de produtos com tal potencial – ou pela mera perspectiva do aumento do uso e consequente comprometimento de recursos naturais. “Jogar remédios no vaso sanitário, por exemplo, além de poder provocar entupimentos e outros danos decorrentes de uma sobrecarga na rede hidráulica, gera maiores custos de tratamento e impactos negativos aos corpos hídricos coletores (rios), que acabam, ao final, recebendo, continuamente, o esgotamento das cidades”, diz.

Para Baltazar, os hábitos sanitários da população em geral, os custos de implantação das coletas, os prazos por vezes exíguos e as dificuldades de integração entre planos de interesse de todos os atores setoriais costumam ser apontados por fabricantes e demais integrantes da cadeia produtiva como os principais entraves à implementação de sistemas de logística reversa. “Para tentar contorná-los, o decreto se vale, também, do poder regulador e normativo dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a exemplo do Ministério do Meio Ambiente, a quem caberá estruturar e acompanhar a performance das medidas que deverão ser observadas em todo o país”, afirma.

O especialista em Direito Ambiental destaca, ainda, que a logística reversa integra um vasto mosaico de boas práticas em prol da sustentabilidade, sob a perspectiva de afirmação pública por parte dos fabricantes e dos outros integrantes da cadeia produtiva. “Isso cria uma imagem de responsabilidade socioambiental decorrente do mapeamento e controle de produtos”, explica Baltazar. A população também deve estar atenta às penalidades da Lei de Crimes e Infrações Administrativas Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), também conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, que trata especificamente de delitos contra o meio ambiente. 💧

OS DESAFIOS DO SANEAMENTO NO BRASIL

*As diferentes realidades de um país continental
revelam os muitos caminhos para a universalização*

Publicada no Diário Oficial no dia 16 de julho, a Lei nº 14.026/2020, mais conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento, é uma das mais importantes do país em décadas. Saneamento é sinônimo de saúde, desenvolvimento econômico e qualidade de vida, e a atualização na legislação promete universalizar o atendimento até 2033, levando tratamento de esgoto para 104 milhões de pessoas e água potável para 35 milhões, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Segundo estimativa da consultoria KPMG, são necessários investimentos da ordem de R\$ 750 bilhões para atender a esse objetivo dentro do prazo. E, na expectativa do Poder Executivo, uma das principais mudanças para que a meta seja alcançada é a abertura do setor para o capital privado por meio de licitações.

Para os defensores da privatização, todos os problemas do setor se resumem à ineficácia das companhias estaduais de saneamento. Entretanto, a nova legislação é peça de um tabuleiro complexo. Bastam apenas investimentos privados para, finalmente, solucionar o grave problema do saneamento no Brasil? Essas empresas terão interesse em levar água para regiões afastadas dos grandes centros, onde o lucro e, conseqüentemente, o retorno são menores? A diversidade da realidade geográfica e social brasileira traz à tona uma série de desafios a serem enfrentados para alcançar o que está proposto na lei. Nesta reportagem, a Aesbe mostra que a imensidão dos “muitos Brasis” se reflete em desafios específicos, que devem ser – e são – enfrentados com soluções próprias, que há muito vêm sendo debatidas e tratadas pelas companhias estaduais de saneamento.





Obra da Estação de Tratamento de Esgoto Una, em Belém

OS DESAFIOS DO NORTE

Coberta, em grande parte, pela Floresta Amazônica, a região de predominante clima equatorial possui altos índices pluviométricos e é abastecida por grandes rios. Contudo, a grande disponibilidade de água doce vai de encontro com outra adversidade: a logística. As grandes dimensões do estado e a extensão dos rios prejudicam a implantação de obras de saneamento em áreas afastadas dos grandes centros. “Muitas vezes, as instalações ou materiais precisam ser enviados de avião ou barco e isso leva um tempo maior para que os projetos sejam concluídos”, explica José Antônio De Angelis, presidente da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). “Por isso, procuramos meios de estar perto das comunidades, com investimentos mais assertivos e regionalizados, como construção de poços e fossas coletivas”, completa.

O estado vive, ainda, uma dinâmica de cheias e secas, obstáculo para a implantação de estações de tratamento que trabalhem pela média das vazões dos rios. Assim, a Cosanpa utiliza diferentes soluções, como a troca de experiências com associações e companhias de saneamento. A inadimplência também é um dos fatores que atrasam os avanços. Mesmo tendo a terceira tarifa mais barata do Brasil, 40% dos clientes devem à companhia. Para mudar esse cenário, a empresa criou a campanha “Conta

com a Cosanpa”, que levou mais de 8 mil pessoas a negociarem seus débitos, gerando R\$ 7,1 milhões entre contas pagas à vista ou parceladas. Para o presidente da companhia, o grande problema do Novo Marco do Saneamento foi vislumbrar mais a privatização do que a eficiência da universalização. “O importante não é se o serviço é privado ou público, e sim ter clareza que as companhias cumprirão suas obrigações por meio de regras claras. As empresas ganhadoras precisarão ser obrigadas a investir. Em muitos países, a iniciativa privada não cumpriu o que prometeu e ocorreram até mesmo reestatizações”, comenta De Angelis.

Prova da importância do investimento é que o estado caminha para progredir no índice de cobertura de coleta e tratamento de esgoto. O governo local está investindo mais de R\$ 1 bilhão em obras de saneamento básico por todo o Pará. Uma delas é a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Una, na Região Metropolitana de Belém, que vai atender, na primeira etapa, 90 mil habitantes. A previsão é concluí-la no primeiro semestre de 2022. Outra iniciativa é a ampliação do abastecimento de água em Santarém. Estão sendo investidos, junto com o governo do estado, R\$ 130 milhões para perfuração de seis poços e construção de cinco reservatórios. Os 300 quilômetros de novas redes vão ampliar o abastecimento de água para mais de 20 bairros. O término dessa obra está previsto para 2021.

PROGRAMA CAIXA D'ÁGUA PARA TODOS

Para manter a população da Região Metropolitana de Belém abastecida de água, o governo do estado, por meio da Cosanpa, lançou o Programa Caixa D'Água Para Todos. A iniciativa surgiu após a companhia verificar que recebia muita reclamação quando precisava fazer algum serviço de manutenção nas redes de distribuição de água, o que demonstrava que as famílias não tinham reserva de água para esses momentos de serviços pontuais. “O programa minimiza o sofrimento de muitas famílias. Agora, elas terão água por pelo menos 24 horas quando precisarmos interromper o abastecimento”, disse o presidente da Cosanpa. O objetivo é atender 11 mil residências, impactando 55 mil pessoas.



Arquivo Cosanpa

O DESAFIO DO SANEAMENTO EM ÁREAS IRREGULARES

De acordo com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), os 375 municípios operados no estado caminham para a universalização. Porém,

o desafio agora é o atendimento às áreas irregulares das grandes cidades.

“As novas metas de universalização incluem o atendimento aos núcleos informais e informais consolidados e as soluções nessas áreas são diferenciadas e complexas. Equacionar essa importante e justa demanda é um dos maiores desafios do Novo Marco Legal”, afirma João Paulo Tavares Papa, assistente da Presidência da Sabesp. Conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), existem mais de 6.300 assentamentos irregulares no país, representando três milhões de domicílios e cerca de 11 milhões de moradores. Destes, em torno de 88% estão concentrados nas Regiões Metropolitanas. “Esses números mostram o enorme desafio colocado pela nova política nacional de saneamento, tanto para os poderes concedentes quanto para as companhias de saneamento”, frisa João Paulo. Veja abaixo, iniciativas pioneiras em São Paulo:

PROGRAMA “ÁGUA LEGAL”

Desde 2016, a Sabesp promove o “Programa Água Legal”, por meio do qual já beneficiou 455 mil famílias com 130 mil ligações para moradores de áreas irregulares da Região Metropolitana de São Paulo. “A segunda etapa, em andamento, prevê mais 120 mil ligações, beneficiando 420 mil pessoas até 2024”, destaca João Paulo. Ao todo, o investimento chega a R\$ 290 milhões. Em 2018, o projeto passou a fazer parte do Programa Saneamento Sustentável e Inclusivo, acordo de financiamento assinado com o Banco Mundial (BIRD).

PROGRAMA “SE LIGA NA REDE”

Uma ação também exitosa é o “Se Liga na Rede”, que fomenta obras de regularização das instalações hidráulicas nos núcleos informais, com aporte do governo do estado. Desde 2012, já foram executadas cerca de 30 mil ligações com investimentos de R\$ 60 milhões. O êxito do programa depende da participação das comunidades envolvidas e, para isso, a Sabesp desenvolveu uma tecnologia social própria. “Capacitamos mulheres líderes comunitárias que trabalham na conscientização dos moradores sobre a importância das instalações e conexões das redes de esgoto”. As iniciativas mostram que não bastam apenas vontade, recursos e tecnologia. “É preciso muito diálogo com as comunidades, para que o trabalho alcance os resultados esperados e garanta o bem-estar e a saúde de todos”. É necessário, ainda, muito empenho dos poderes públicos municipais. “A participação das prefeituras é fundamental porque, em muitos casos, a implantação das redes de água e esgoto exige obras de urbanização e consolidação de vias e espaços públicos.”

Hoje, esse trabalho de conexão de imóveis de famílias de baixa renda à rede de esgoto está intensificado por meio das ações do programa Novo Rio Pinheiros, que visa levar mais saúde à população e também despoluir o rio. Pelo programa, iniciado no ano passado, já foram feitas mais de 39 mil ligações de esgoto em bairros localizados nas sub-bacias do Pinheiros, nos quais a Sabesp executa obras para ampliar o saneamento. Também já foram implantados cerca de 51 quilômetros de tubulações de esgoto.

PROGRAMA “NOVO RIO PINHEIROS”

Todos os 16 contratos de retirada de carga dos córregos e transporte para a ETE Barueri já foram iniciados. O investimento previsto para o projeto é de R\$ 1,7 bilhão, e serão conectados aproximadamente 533 mil imóveis à rede de esgoto, beneficiando com mais saúde e qualidade de vida uma população de 3,3 milhões de pessoas, que mora em locais abrangidos pela bacia do Rio Pinheiros em São Paulo, Embu das Artes e Taboão da Serra.

UNIDADES RECUPERADORAS DA QUALIDADE DAS ÁGUAS (URQS)

Já foi assinado o contrato para implantação das unidades de recuperação da qualidade da água dos córregos Jaguaré e Antonico. O contrato para execução da URQ do córrego Pirajussara tem previsão de assinatura para o mês de setembro. Encontra-se em fase de licitação o contrato das URQs que serão implantadas nas regiões das sub-bacias dos córregos Cachoeira e Água Espreada. Essas unidades têm por objetivo tratar o esgoto de áreas informais, onde a ocupação não deixou espaço para a instalação de infraestrutura de coleta.

O FANTASMA DA CRISE HÍDRICA

Desde 2019, o Paraná convive com um problema comum a muitas outras regiões do país: o déficit hídrico. O maior impacto da estiagem severa ocorre na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), habitada por 3,5 milhões de pessoas, que correspondem a 30% da população do estado. Para contornar essa realidade, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) vem tomando uma série de medidas seguindo protocolos. Em março, implantou rodízio na região Sul de Curitiba e acionou os pontos de captação alternativa de água mapeados previamente para compensar os baixos índices pluviométricos e a queda na vazão de rios e poços. No fim de abril, a queda do nível das quatro barragens que compõem o sistema integrado da RMC levou a companhia a estender o rodízio para toda a população. No início de maio, o Governo do Paraná decretou situação de emergência hídrica

no estado, onde o abastecimento público tem prioridade no uso da água.

No Oeste, foi implantado rodízio em algumas cidades desde o ano passado e as obras e chuvas equilibraram os sistemas. As demais regiões são monitoradas para avaliar a necessidade de medidas emergenciais. “Enfrentamos um duplo desafio: garantir abastecimento durante a crise hídrica e enfrentar a pandemia do coronavírus”, afirma o diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile. Mesmo com todas as medidas adotadas, o prolongamento da estiagem baixou os níveis dos reservatórios aos menores índices de sua história: 27% em meados de agosto. A Sanepar, então, adotou novo modelo de rodízio no fornecimento de água de Curitiba e Região Metropolitana, por meio do qual houve redução do intervalo entre a suspensão e a retomada do abastecimento.

Para fazer frente ao agravamento, a companhia lançou a campanha META20, que orienta a população a economizar 20% do consumo de água. A campanha contém orientações de como reduzir o consumo diário em casa. Além disso, em parceria com o Sindicato

das Indústrias de Construção Civil, intensificou a divulgação da campanha nos condomínios residenciais classificados como grandes clientes na RMC. Outra medida foi a criação de um alerta, via WhatsApp, denominado “Alerta água”, exclusivo para receber informações sobre desperdício de água no período de crise hídrica.

CAIXAS D'ÁGUA

Com o objetivo de diminuir o impacto do novo rodízio entre a população mais vulnerável, a Sanepar iniciou a distribuição gratuita de caixas d'água de 500 litros para 2.800 famílias da área de rodízio da RMC. O programa está sendo feito em parceria com o Corpo de Bombeiros e o Exército.



Parceria entre Sanepar, Bombeiros Militares e Exército agiliza o programa de distribuição de caixa d'água na RMC



Obra da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Cabanga em Recife

Foto: Compesa

PARCERIAS SÃO A MELHOR RESPOSTA

Recursos para obras de saneamento são um desafio em todo o país. Dados do Portal da Transparência do governo federal mostram que, no ano de 2019, enquanto os orçamentos das pastas de Saúde e Educação ultrapassaram 100 bilhões de reais em investimentos, o orçamento para o saneamento básico não passou de um bilhão de reais. Dessa forma, os estados precisam encontrar alternativas que permitam mais investimentos. Pernambuco, por exemplo, tem a menor disponibilidade hídrica do país, e isso representa um enorme desafio para o abastecimento. Para driblar não apenas os desafios no abastecimento de água, mas também na coleta e tratamento de esgoto, a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) investe sistematicamente em obras para a universalização, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), uma modalidade de investimento em que a administração pública delega a prestação de um serviço para a iniciativa privada, mediante licitação. As PPPs estão reguladas pela Lei nº 11.079/2004.

Em 2013, a associada pactuou uma das maiores PPPs do país para universalizar o saneamento na Região Metropolitana do Recife (RMR), por meio do programa Cidade

Saneada, celebrado com a BRK Ambiental. Tudo isso com o objetivo de chegar a 90% da população atendida pelos serviços de esgoto e alcançar seis milhões de pessoas até 2037. Em julho deste ano, a PPP do Saneamento de Pernambuco, que abrange os 15 municípios da RMR, completou sete anos, alcançando 1,3 milhão de pessoas. Até este ano, os investimentos no programa somam R\$ 1,4 bilhão, do total de R\$ 6,7 bilhões previstos em contrato, que deverão ser aplicados até 2037.

“Atualmente, estamos na fase das primeiras entregas das obras de ampliação e construção de novos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), além dos serviços de recuperação e manutenção. Cinco sistemas já foram implantados e estão operando e outros 11 estão em andamento. Somente em 2019, foram aplicados R\$ 728 milhões em obras em todo estado, envolvendo esgotamento e ampliação do abastecimento. Destaque para as obras das Adutoras do Agreste, do Alto Capibaribe e de Serro Azul, todas no agreste do estado, que farão verdadeiras transposições de bacias para levar água de um extremo a outro”, afirma Manuela Marinho, presidente da Compesa.

O Cidade Saneada traduziu-se em mais saúde e qualidade de vida para a população pernambucana. Os primeiros anos do programa foram dedicados à recuperação das estruturas de saneamento existentes, chegando, em 2019,

à marca de 97% dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) recuperados. “Para se ter uma ideia, só o volume de esgoto tratado na RMR saltou de 540 litros por segundo para 2 mil litros por segundo, até julho de 2020. As melhorias no atendimento dos serviços requisitados pela população também impressionam, como a realização de desobstruções de rede em até 48 horas”, enfatiza a presidente da Compesa.

Para Manuela, a experiência com a PPP tem sido uma decisão acertada do Governo de Pernambuco e da Compesa “na busca da universalização dos serviços de esgotamento sanitário”.

PROGRAMA SERTÃO SANEADO

É responsável pela execução de sistemas de esgotamento sanitário em vários municípios do Sertão e Agreste do estado. Já no âmbito rural, há a perspectiva de uma gestão compartilhada com as associações rurais, nos moldes de um Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar).

ÁGUA PARA O SERTÃO

As regiões de clima semiárido, comuns no norte de Minas Gerais e boa parte do Nordeste, são conhecidas historicamente pela escassez de chuvas e mananciais, o que prejudica o abastecimento. Para sanar parte desse problema, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) possui a maior obra hídrica do estado, o Reservatório do Taquarão, em Caucaia. Orçado em R\$ 160 milhões, tem capacidade de armazenar 40 mil m³ de água e beneficia as cidades de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú. O projeto inclui a construção de mais três grandes adutoras: duas para interligar a Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste) e o Taquarão; e a terceira para interligar as ETAs Gavião e Oeste.

Outra dificuldade para o saneamento na região são as ligações ociosas. Enquanto existem milhares de moradias sem acesso às redes de esgoto no país, há casos de regiões onde têm disponibilidade da infraestrutura, mas que, por diversos motivos, não estão conectadas à rede. Hoje, são 198 mil ligações inativas no Ceará, além de diversos problemas relacionados, como ligações clandestinas e inadimplência do consumidor. “Muitas pessoas utilizam outras fontes de água, como poços artesianos, e optam por lançar o esgoto em uma fossa, acarretando problemas de avanços no setor e prejuízos à saúde da população e ao meio ambiente. Isso mostra que o saneamento é algo mais complexo, que envolve a participação da sociedade. Por isso, temos equipes de campo que atuam de ‘porta em porta’ no intuito de esclarecer aos moradores sobre a importância da interligação”, diz Claudia Caixeta, diretora de Mercado da Cagece.

Para ela, a soma desses problemas mostra que a falta de saneamento não se resolve apenas com boa gestão e força de vontade. É necessário que recursos financeiros sejam priorizados pelo Estado na reforma do marco legal. “Toda legislação pensada para a universalização é boa, mas, se o setor não tiver poder financeiro, não resolverá o problema. É preciso indicadores para monitorar os municípios. E, ainda, é essencial uma tarifa justa, que pague custeio e reposição de ativos da companhia.

Ou seja, é muito difícil uma empresa privada entrar nessa briga se não for para ter lucro. A Cagece prevê investir, nos próximos cinco anos, somente na Região Metropolitana de Fortaleza R\$ 1,1 bilhão para abastecimento de água e R\$ 2,8 bilhões em esgoto. Nos municípios do interior, a expectativa é de mais de R\$ 500 milhões”, pondera.

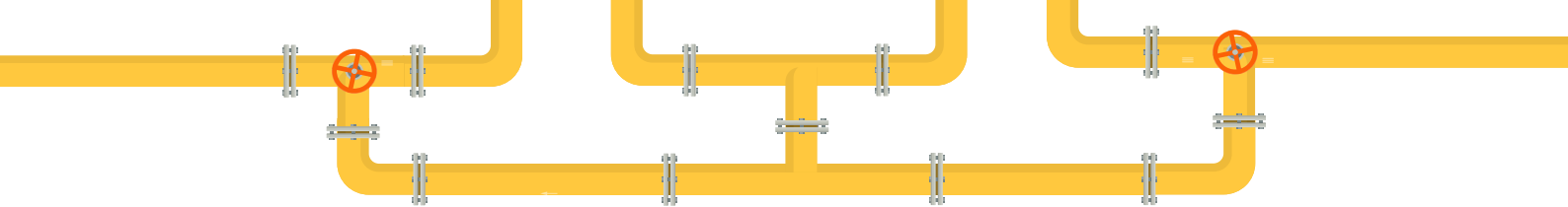
Mas a grande mudança do saneamento no interior nordestino é a transposição do Rio São Francisco, que está perto da conclusão após 12 anos de trabalho. Com investimento estimado de R\$ 12 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a obra consiste na construção de dois grandes canais (Eixo Norte e Eixo Leste, totalizando 477 quilômetros em obras) que levam água desse rio essencial para o Nordeste brasileiro até outras áreas no interior, tradicionalmente secas. A previsão, ao fim das obras, é abastecer 11,6 milhões de pessoas (4,5 milhões vão ser atendidas pelo Eixo Leste e 7,1 milhões pelo Eixo Norte).

Para o presidente da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), Marcus Vinícius Neves, o principal obstáculo para a universalização do saneamento é garantir fontes de abastecimento de água, especialmente em lugares como o semiárido. “Não adianta ter boa distribuição de água se as unidades produtoras têm fragilidade hídrica. Por isso, faz-se necessária a interligação das bacias hidrográficas de grandes extensões de adutoras para a segurança hídrica nos municípios”, afirma o dirigente, que também é diretor-presidente da Aesbe.

Mais uma ação da empresa para levar água às regiões que mais sofrem com a seca é a Transparaíba, adutora que levará água do Açude Boqueirão, no Cariri paraibano, para outras cidades do estado que sofrem com a seca, a exemplo de Seridó e Curimatá.

Na primeira fase, serão beneficiadas 146 mil famílias de 21 municípios. “O valor de investimento dessa primeira fase é de R\$ 210





Obras de construção da Transparaíba



Francisco França

milhões, custeados pela Cagepa e o governo do estado”, completa. As obras também são seguidas de ações de melhoria operacional, como distribuição de água e esgotamento sanitário, uma ação completa e de qualidade para a população. “Não adianta chegar com água da adutora se não tiver uma melhoria de distribuição. O projeto de esgotamento sanitário está licitado e em andamento nessas cidades”, ressalta o presidente.

Ainda segundo ele, um impeditivo a mais para o alcance da universalização é a ampliação do abastecimento de água e esgoto em cidades que são inviáveis economicamente e localizadas em solos cristalinos, o que dificulta a infiltração da água. “A baixa arrecadação dessas cidades somada ao pouco poder financeiro dos consumidores é um desafio. Além disso, as cidades estão situadas em solos rochosos, tudo isso traz complicações para a implantação da rede de abastecimento”, completa.

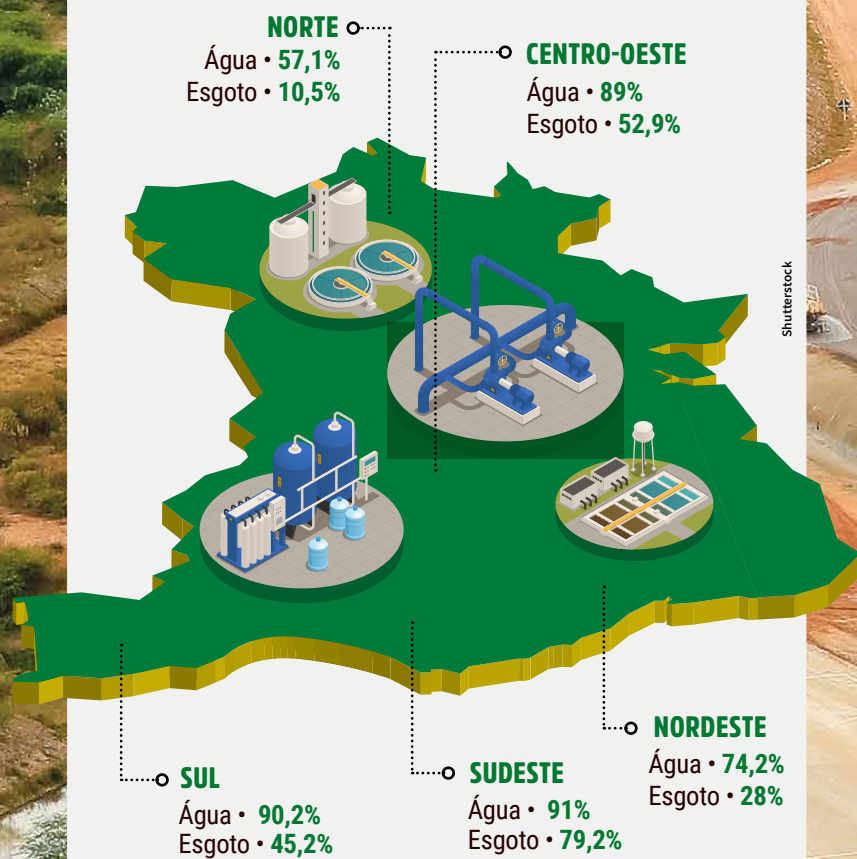


Devysion Teixeira

Reservatório do Taquarão

MAIORES DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

ÍNDICES DE ATENDIMENTO



- >> Logística
- >> Diversas realidades regionais
- >> Abastecimento na área rural
- >> Universalização do esgotamento sanitário
- >> Tarifas
- >> Segurança hídrica
- >> Complexidade de saneamento nas áreas ocupadas
- >> Revisão de contratos para adequação ao novo marco

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 2018.



Chegada das
águas do Rio São
Francisco ao Ceará



Waldeir Cabral

Marcus Vinícius Neves, presidente da Cagepa e diretor-presidente da Aesbe

CAMINHOS A SEGUIR

Na visão do diretor-presidente da Aesbe, é importante saber promover e valorizar o trabalho das companhias de saneamento e entidades que conhecem, há décadas, as realidades regionais. “Minas Gerais é um dos estados mais representativos nesse contexto. Tem praticamente todos os biomas, de seca a chuva. Imagine o dia a dia da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) tendo de trabalhar com diferentes realidades, climáticas e sociais, dentro da própria região? Isso se aplica a qualquer estado. Só uma companhia estadual consegue ter esse olhar múltiplo para a diversidade dentro do próprio estado por conta de sua experiência”, ressalta.

O dirigente afirma que, para se chegar ao saneamento ideal no país, é preciso um olhar que estabeleça diretrizes e apoio aos principais atores do setor. “É fundamental que todos estejam juntos – privado, público, governos federal, estaduais e municipais – e que essa união seja muito mais representativa do que a privatização, porque não é o ato de privatizar que vai resolver o problema do saneamento do nosso país”, encerra Marcus Vinícius Neves. 💧

A SERVIÇO DO FUTURO DO SANEAMENTO

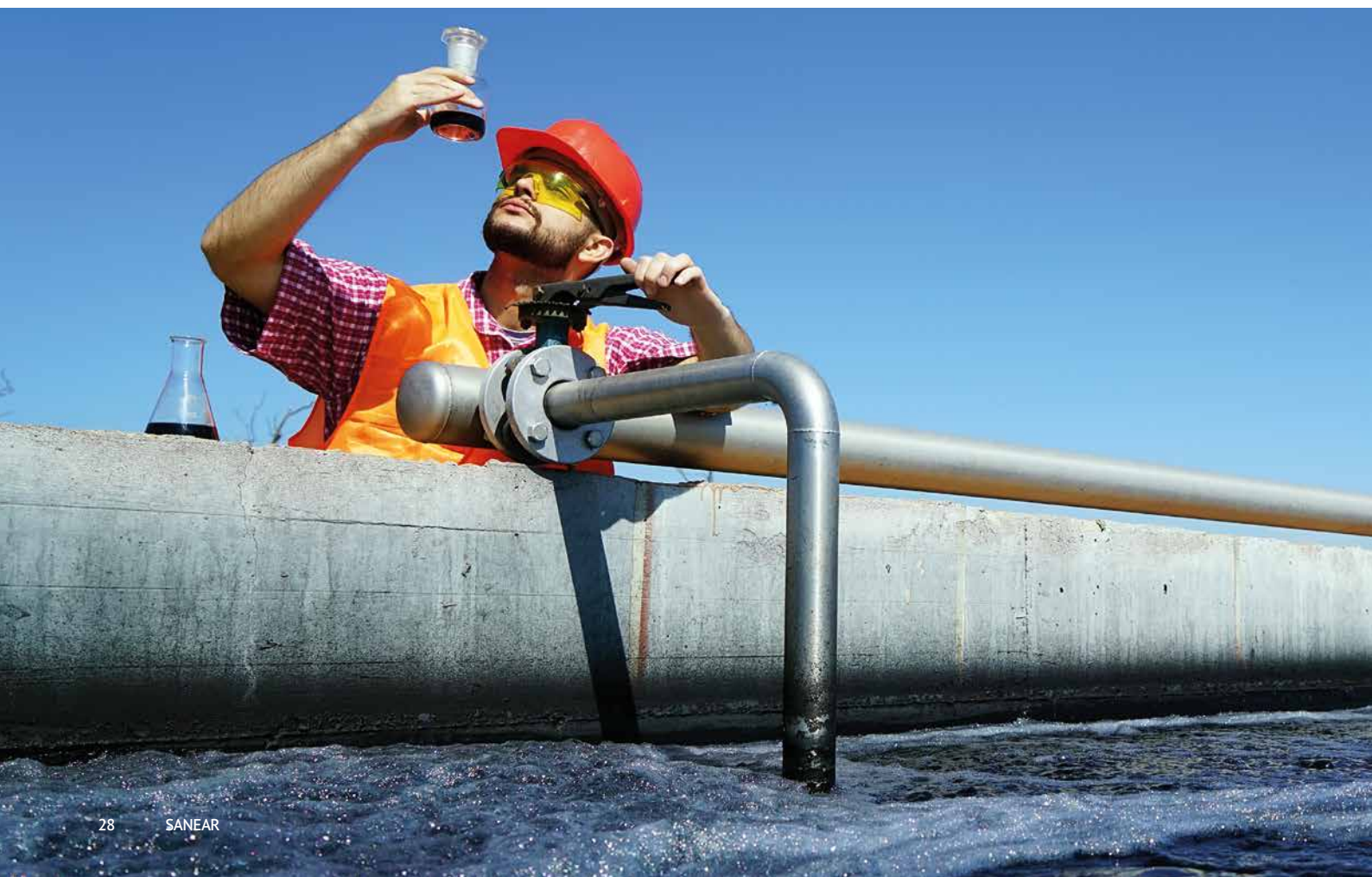
Câmara Técnica de Regulação participa da construção da agenda regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO (LEI Nº 14.026/2020) trouxe muitas mudanças para o setor. Agora, por exemplo, cabe à denominada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) definir as normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e tratamento de esgoto. A agenda regulatória (instrumento de planejamento da atuação regulatória de temas prioritários para um determinado

período) é fundamental para definir o cronograma de elaboração dessa legislação. O trabalho vem sendo realizado pela agência por meio de discussões acerca de assuntos relevantes com os principais atores do setor. A Aesbe – que representa cerca de 75% do mercado de saneamento – está participando ativamente desse processo por meio da sua Câmara Técnica de Regulação.

“A ANA tem uma missão gigantesca e a Aesbe está pronta para apoiar esse trabalho”, explica Marcel Costa

Sanches, superintendente de Assuntos Regulatórios da Sabesp e coordenador da Câmara Técnica de Regulação da Aesbe. Na primeira reunião, a câmara levou para discussão alguns temas prioritários, entre eles a padronização dos instrumentos negociais/minutas – considerando a possível renovação das concessões e dos contratos de programa até 2022, no caso da derrubada dos vetos presidenciais a artigos do Marco Legal (veja mais na editoria Aesbe no Congresso). “Para atrair investimentos em infraestrutura, a previsibilidade,



a segurança e a estabilidade de regras são fundamentais. Além disso, o regulador tem papel central no desenvolvimento e bem-estar da sociedade. E a construção da agenda permite uma melhor organização, priorização e otimização das ações ao longo do tempo. A importância da prática é reconhecida nacional e internacionalmente por diversos autores e instituições”, ressalta Sanches.

No entanto, as normas a serem editadas pela ANA devem observar as peculiaridades de cada região. “Não podemos ter uma única opção para o país inteiro. Devemos, ao contrário, ter um leque de alternativas, respeitando também as normas vigentes de outras agências reguladoras que já existem e, atualmente, são responsáveis pelos contratos”, observa Sanches. O coordenador vê com entusiasmo esse diálogo construtivo e espera que ele seja permanente. “Enxergamos com espírito de construção e com bons olhos essa atuação

conjunta para suprir lacunas com uma regulação dos serviços que fomente a universalização, afirma.

Próximos passos | Após a aprovação da agenda regulatória da ANA, começa, para a edição das normas de referência, o trabalho de detalhamento propriamente dito. A expectativa é de que, para cada item da agenda, seja estabelecido um cronograma de trabalho, incluindo a realização de consulta e audiência públicas sobre a totalidade dos assuntos, de modo a permitir o desenvolvimento das referidas normas com a participação de todos os envolvidos no processo. “A publicação da agenda, via internet, dá mais transparência e contribui para o aprimoramento das normas e procedimentos atualmente praticados pelas agências subnacionais”, ressalta Sanches. Espera-se que ainda este ano a ANA publique a proposta para os exercícios de 2021 e 2022. 💧



Arquivo Pessoal

Marcel Costa Sanches, superintendente de Assuntos Regulatórios da Sabesp e coordenador da Câmara Técnica de Regulação da Aesbe

TEMAS ABORDADOS PELA CÂMARA TÉCNICA DE REGULAÇÃO

- >> Metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão de investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados
- >> Edição de normas de referência sobre parâmetros para a determinação da caducidade na prestação dos serviços públicos de saneamento básico
- >> Normas básicas de governança das agências reguladoras subnacionais e de promoção da capacitação dos reguladores
- >> Metodologias passíveis de adoção pelas agências reguladoras para o cálculo de tarifas
- >> Critérios para avaliação do cumprimento das metas dos contratos e das metas de não interrupção do abastecimento, da redução progressiva de perdas e das melhorias nos processos de tratamento



Shutterstock

CARTILHA EXPLICA REGRAS DO JOGO

Material sobre Novo Marco Legal do Saneamento Básico orienta associadas sobre principais questionamentos da lei



Arquivo Pessoal

Dásio Câmara Neto, coordenador da Câmara Técnica de Gestão Empresarial e assessor da Diretoria Técnica e de Planejamento da Embasa

A **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO EMPRESARIAL (CTGE)** está produzindo uma cartilha que detalha o Novo Marco Legal do Saneamento Básico e seus desdobramentos no cenário nacional. O conteúdo está sendo elaborado com objetivo de traduzir os impactos da lei e seus eventuais vetos sobre as companhias estaduais associadas da Aesbe e orientar a adequação dessas empresas às normas, respeitando-se as realidades locais.

O trabalho, iniciado no segundo semestre de 2020, será fruto da análise estratégica das melhores práticas usadas no setor, realizada com a participação dos dirigentes das associadas e integrantes das Câmaras Técnicas de Regulação, Jurídica e de Gestão Empresarial. “Debatemos em conjunto os impactos e chegamos à conclusão de que a cartilha traduzirá os principais questionamentos das associadas”, diz Dásio Câmara Neto,

coordenador da Câmara Técnica de Gestão Empresarial e assessor da Diretoria Técnica e de Planejamento da Embasa.

Um dos pontos em destaque é a obrigatoriedade de licitação, à qual poderão concorrer prestadores de serviço públicos ou privados. Antes, o certame era uma alternativa, mas, dependendo das articulações entre o Executivo e o Legislativo, poderia se tornar regra. “Se existe um contrato entre a associada e o município, a cartilha orientará sobre o que deve ser posto em prática, a exemplo da revisão do contrato. Se não o há, um outro caminho terá de ser trilhado por meio da inserção da empresa em ambiente concorrencial para a prestação de serviços, que culminará na sua participação em licitações”, ressalta Dásio.

A cartilha também servirá de reflexão para as empresas mapearem o cenário de acordo com a sua própria realidade e mostrará que todas, independentemente do seu grau

de maturidade, têm um enorme desafio pela frente. “Essa união das informações e formas de utilização do material trará mais equilíbrio e melhor estruturação às companhias”, resume o coordenador da CTGE. Após os vetos serem debatidos e alinhados com as câmaras técnicas, a cartilha estará disponível online. A expectativa é de que esteja disponível a todas associadas até o final de 2020. ♦



BRASIL HÍDRICO

Notícias sobre as
Companhias Estaduais
de Saneamento Básico

- 32 | Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul - Sanesul
- 34 | Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal
- 36 | Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa
- 38 | Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece
- 40 | Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso
- 42 | Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - Caer
- 44 | Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa
- 46 | Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan
- 48 | Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan
- 50 | Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar

MATO GROSSO DO SUL SE PREPARA PARA SER O PRIMEIRO ESTADO DO BRASIL A UNIVERSALIZAR O ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Parceria Público-Privada (PPP) prevê quase R\$ 4 bilhões na expansão, operação e manutenção do sistema de esgotamento de 68 municípios

Por: Assessoria de Comunicação da Sanesul

A **EMPRESA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (SANESUL)** vem dando bons exemplos ao país de que é possível organizar ações e produzir projetos e estratégias eficientes na busca por parcerias que vão gerar benefícios importantes para o cidadão. Recentemente, a empresa apresentou ao mercado a sua proposta de Parceria Público-Privada (PPP) que prevê investimentos de cerca de R\$ 3,8 bilhões na expansão, operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário dos 68 municípios onde opera no estado. A expectativa é de que, em até dez anos, todas as cidades atendidas pela companhia sejam integralmente beneficiadas com coleta e tratamento do esgoto. A meta é atingir o máximo de cobertura, ou seja, a universalização do serviço. A Sanesul pode tornar o estado de Mato Grosso do Sul o primeiro do país a atingir esse objetivo.

Sanesul | A Sanesul é uma empresa de economia mista, com autonomia administrativa e financeira, que compõe a administração indireta e está vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Em 41 anos de atuação, já atingiu a universalização do fornecimento de água tratada nos municípios e localidades onde opera. Agora, o compromisso é manter a boa gestão dos recursos hídricos e aumentar progressivamente o índice de cobertura de esgotamento sanitário.

Parceria Público-Privada (PPP) | A meta com a PPP proposta pela Sanesul é atingir 98% de cobertura, por meio da realização de obras e serviços de implantação, recuperação, manutenção e operação da infraestrutura de esgoto. A previsão é de que sejam implantados em torno de 2.275 quilômetros de novas redes de coleta e 54 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), com 84 quilômetros de interceptores e emissários. Estima-se que serão disponibilizadas aproximadamente 307 mil novas ligações de esgoto, além de conservados e mantidos os sistemas já existentes. O diretor-presidente da Sanesul, Walter B. Carneiro Junior, responsável pelas inovações operacionais e estratégicas, destaca a sustentabilidade como ponto forte da companhia. “Vivemos um cenário bastante positivo na Sanesul, com muitos investimentos assegurados para obras de ampliação da rede de água e de esgoto nos municípios atendidos, com uma operação eficiente e total cobertura no fornecimento de água tratada. Com a chegada da PPP, o nosso objetivo é antecipar investimentos para garantir a universalização, melhorando a qualidade de vida dos sul-mato-grossenses. Estamos caminhando de forma estruturada para consolidar o projeto comandado pelo Governo de Mato Grosso do Sul, que será o primeiro estado do país a garantir ao cidadão a universalização do saneamento”, destacou.

As maiores empresas do segmento de construção e operação de esgotamento sanitário do país já manifestaram interesse na proposta apresentada. A Parceria Público-Privada (PPP) será consolidada por meio de um leilão virtual que acontecerá na Bolsa de Valores B3, em São Paulo. 💧

EMPRESA DE
SANEAMENTO DO
ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL
- SANESUL

Estação de Tratamento Ipê, atualmente com capacidade de tratamento de esgoto de 100 l/s. Localizada na cidade de Dourados/MS



Arquivo Sanesul

“A NOVA LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA ECONÔMICA, ESTABELECIDAS PELO GOVERNO FEDERAL, NOS DÃO A CERTEZA DE ESTARMOS NO CAMINHO CERTO. COM A ANTECIPAÇÃO DE INVESTIMENTOS PROJETADOS NA PPP, VAMOS CUMPRIR COM A NOSSA MISSÃO INSTITUCIONAL, QUE É GARANTIR SANEAMENTO, QUE, POR SUA VEZ, GERA MAIS QUALIDADE DE VIDA AO CIDADÃO E PROMOVE UM CENÁRIO POSITIVO DE DESENVOLVIMENTO ÀS FAMÍLIAS DO NOSSO ESTADO”

Walter B. Carneiro Junior
Diretor-presidente da Sanesul

CASAL E GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PLANEJAM CONVÊNIO DE R\$ 500 MILHÕES PARA ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivo é investir na ampliação e implantação de novos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário em todas as regiões de Alagoas

Por: Assessoria de Comunicação da Casal

A **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS (CASAL)** e o governo estadual planejam um novo convênio para investir em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todas as regiões de Alagoas. O objetivo é garantir cerca de R\$ 500 milhões em dois anos, de 2020 a 2022, para ampliação dos sistemas atuais e implantação de novas estruturas, visando universalizar e melhorar a prestação de serviços da companhia.

“Estamos em fase final de planejamento, e esse novo convênio deve ser assinado ainda este ano. Lembramos que ele só é possível porque a Casal está em fase de recuperação econômico-financeira e teve, em 2019, o maior superávit de sua história”, pontuou o presidente da Casal, Clécio Falcão, acrescentando que, após sucessivos déficits, a companhia teve quatro superávits seguidos (2016, 2017, 2018 e 2019).

“Alagoas só tinha obras de abastecimento e esgotamento sanitário com recursos federais.

COMPANHIA DE
SANEAMENTO DE
ALAGOAS - CASAL

Mas essa situação começou a mudar nos últimos anos, pois, com a sua recuperação paulatina, a empresa passou a ter recursos próprios para fazer investimentos e firmar convênios com o governo do estado. É uma nova realidade para a companhia, para Alagoas e para os alagoanos, que são beneficiados por esses serviços”, frisou Clécio Falcão.

As obras, que serão executadas a partir dos recursos desse novo convênio, devem beneficiar, de acordo com o vice-presidente de Serviços de Engenharia da Casal, Geraldo Leão, municípios de todas as regiões do estado, mas, principalmente, aqueles que estão fora da Região Metropolitana de Maceió, uma vez que nessa localidade os principais investimentos já serão feitos pela empresa que for assumir a prestação de serviços dentro do modelo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

“Já estamos empenhados e investindo em planejamento, elaboração de projetos e fiscalização. Quando assinarmos o convênio, vamos reforçar tudo isso e, ao mesmo tempo, efetuar de imediato algumas licitações, pois já temos alguns projetos muito importantes prontos. O objetivo da Casal é ofertar serviços cada vez melhores aos alagoanos.



Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Benedito Bentes, na parte alta da capital, já está em operação

Arquivo Casal



Presidente da Casal, Clécio Falcão, destaca novo convênio com o governo do estado, no valor de R\$ 500 milhões

Arquivo Casal

Por isso, vamos ampliar sistemas e implantar outros onde for necessário, bem como fazer a duplicação de redes e adutoras”, acrescentou Geraldo Leão.

Em 2017, a Casal e o Governo de Alagoas firmaram o maior convênio para investimentos em serviços de abastecimento e esgotamento sanitário até aquele momento, que foi considerado histórico para a companhia. Foram anunciados R\$ 100 milhões em obras, ações e serviços a serem desenvolvidos pela empresa em 77 municípios alagoanos.

Metade dos recursos foi alocada pela própria Casal e a outra parte pelo estado, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra) de Alagoas. Isso também só foi possível, naquela ocasião, porque a companhia já estava iniciando sua fase de recuperação econômico-financeira, permitindo-se que fossem garantidos recursos próprios para investimentos.

Obras em andamento na capital | Além dos dois convênios – um finalizado e outro em planejamento –, a Casal executa os dois maiores investimentos em esgotamento

sanitário já aplicados em Maceió: uma Parceria Público-Privada (PPP) com a Saneamento Alta Maceió (Sanama) e um Contrato de Locação de Ativos com a empresa Sanema. Juntos, esses dois contratos investem em Maceió quase R\$ 500 milhões em duas grandes obras, já em andamento e com previsão de conclusão em junho de 2021.

A PPP está promovendo a implantação de um sistema de esgotamento sanitário na parte alta da capital. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) desse sistema, com tecnologia de ponta e totalmente dentro dos padrões ambientais, já foi inaugurada e está operando. As frentes de serviço seguem com a implantação das redes coletoras e estações elevatórias, que ao todo devem beneficiar cerca de 200 mil pessoas.

A Locação de Ativos, por sua vez, beneficia com sistema de esgotamento sanitário cerca de 160 mil pessoas na parte média alta de Maceió. As obras da ETE, das elevatórias e das redes coletoras seguem em andamento. Ao final, as duas obras conduzidas pela Casal devem dobrar a cobertura de esgotamento sanitário da cidade, chegando a 70%. 💧



Obras em Feira de Santana

GESTÃO DE MELHORIA CONTÍNUA GARANTE SEGURANÇA DAS BARRAGENS OPERADAS PELA EMBASA

Empresa inspeciona condições estruturais e físicas e implementa esquema de segurança composto por um plano de ação emergencial

Por: Assessoria de Comunicação da Embasa

ENTRE OS MANANCIAIS UTILIZADOS PELA EMBASA PARA GARANTIR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA em sua área de atuação, 157 são barragens, e, destas, 132 são operadas pela própria empresa. Para garantir a segurança da estrutura desses equipamentos, um sistema de gestão de melhoria contínua com base em inspeções regulares e ações corretivas é posto em prática. Além disso, a Embasa envia, semestralmente, ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), relatório de inspeção acompanhado de declaração de estado geral de conservação das 27 barragens (ver tabela) que, pelo seu porte e potencial de impacto, foram enquadradas na Lei Nacional de Segurança de Barragens

(LNSB), nº 12.334/2010, para serem submetidas a processo de fiscalização do poder público.

Essas 27 barragens, além de terem suas condições estruturais e físicas inspecionadas e conservadas, precisam contar com um esquema de segurança composto por um Plano de Ação Emergencial (PAE), que inclui a implantação de sistema de alerta, um Plano de Contingência (PC) e uma Revisão de Segurança de Barragem (RPSB) a cada dez anos. Todas elas já contam com Plano de Contingência – que consiste na antecipação das situações de risco inerentes à sua estrutura e localização –, no que toca às estratégias de comunicação com os órgãos públicos e a população ribeirinha instalada após a barragem e à tomada de decisão em caso de ruptura.

BARRAGEM	MUNICÍPIO/ LOCALIZAÇÃO	RIO	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Santa Helena	Dias D'Ávila/Camaçari	Rio Jacuípe	Salvador e alguns municípios da RMS
Joanes I	Camaçari/Lauro de Freitas	Rio Joanes	Salvador e alguns municípios da RMS
Joanes II	Dias D'Ávila/Simões Filho	Rio Joanes	Salvador e alguns municípios da RMS
Ipitanga I	Salvador	Rio Ipitanga	Salvador e alguns municípios da RMS
Ipitanga II	Salvador/Simões Filho	Rio Ipitanga	Salvador e alguns municípios da RMS
Pituaçu	Salvador	Rio Pituaçu	Salvador e alguns municípios da RMS (desativada)
Cobre	Salvador	Rio do Cobre	Salvador e alguns municípios da RMS (desativada)
Tapera	Jaguaripe	Rio Tapera	Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Itaparica)
Piau	Salinas das Margaridas	Rio Piau	Salinas das Margaridas
Cristândia	Brumado/Ituaçu	Rio de Contas	Brumado e Malhada de Pedras
Brumado	Brumado	Rio do Antônio	Brumado
Rio da Dona	Sto. Antônio de Jesus/São Miguel das Matas	Rio da Dona	Sto. Antônio de Jesus/Dom Macedo/ Varzedo
Água Fria I	Barra do Choça	Água Fria	Vitória da Conquista/Belo Campo
Água Fria II	Barrado Choça	Água Fria	Vitória da Conquista/Belo Campo
Serra Preta	Barra do Choça	Riacho Serra Preta	Barra do Choça/Planalto
Aipim	Pindobaçu/Antônio Gonçalves	Rio Aipim	Sr. do Bonfim/Campo Formoso/Antônio Gonçalves
Cachoeira Grande	Jacobina/Miguel Calmon	Rio Jaqueira	Jacobina/Serrolândia
Itapicuruzinho	Jacobina	Rio Itapicuru Mirim	Jacobina
Prata	Senhor do Bonfim	Rio da Prata	Sr. do Bonfim/Jaguarari
Aracatu	Aracatu	Riacho Jardim	Aracatu
Riacho de Santana	Riacho de Santana	Riacho de Santana	Riacho de Santana
Floresta Azul/ Salomé	Floresta Azul/Ibicaraí	Ribeirão Salomé	Floresta Azul
Iguaape	Ilhéus	Rio Iguaape	Ilhéus
Crisciúma	Jequié	Rio Crisciúma	Jequié
Mulungu do Morro	Mulungu do Morro	Rio Tijucu	Mulungu do Morro/Souto Soares
Lagoa da Torta	Igororã/Caetité	Rio Santo Onofre	Igororã
Leste	Queimadas/Itiúba	Rio Itapicuru	Queimadas/Santa Luz

Os PAEs das barragens de Santa Helena, Joanes I, Joanes II, Ipitanga I, Ipitanga II, Pituaçu, Brumado, Cobre, Iguaape, Cachoeira Grande, Serra Preta, Água Fria I, Água Fria II, Cristalândia, Aracatu e Floresta Azul já foram concluídos, sendo que todas as barragens situadas em Salvador e RMS, à exceção da barragem do Cobre, estão implantando seus respectivos sistemas de alerta e já passaram por Revisão Periódica de Segurança. Estão em andamento os PAEs das barragens do Aipim, Itapicuruzinho, Prata, Rio da Dona, Crisciúma, Piau, Riacho de Santana e Tapera. Já as barragens de Mulungu do Morro, Leste e Lagoa da Torta, de acordo com a LNSB, só apresentaram PAEs simplificados, devido à sua menor dimensão.

Conservação | A forma encontrada pela Embasa para melhor gerenciar o processo de melhoria contínua do estado geral de conservação de suas barragens foi por meio do indicador de anomalias em barragens, que é aferido a partir dos extratos das inspeções regulares. Esses extratos contêm as notas dadas a cada critério de condição estrutural da barragem, as quais produzem o indicador para o qual são definidas as metas de evolução alcançadas à medida que obras e ações de conservação vão sendo concluídas.

Até 2023, a Embasa terá investimentos, voltados para conservação das barragens sob sua responsabilidade, que somam um montante de R\$ 25 milhões. As últimas ações concluídas contemplaram as barragens de Brumado e de Aracatu, em 2019. De 2016 a 2018, as barragens de Pituaçu (2016), Tapera (2017), Mulungu do Morro (2018) e Santa Helena (2018) receberam obras de conservação. Atualmente, outras ações nesse sentido estão em andamento nas barragens Serra Preta, Iguaape, Piau, Pituaçu (bacia de dissipação de energia), Santa Helena, Ipitanga I e II e Joanes I e II.

De acordo com o gerente socioambiental Thiago Hiroshi, as barragens da Embasa têm baixo a médio risco. “À medida que vamos identificando a necessidade de melhorias no estado de conservação da barragem, por meio das inspeções regulares, as providências para contratar obras de manutenção são tomadas, de forma a se buscar a redução ou eliminação das inconformidades encontradas”, finaliza Hiroshi. ♦

CAGECE APOSTA EM TECNOLOGIA PARA APROXIMAR O CLIENTE E OTIMIZAR O ATENDIMENTO DURANTE A PANDEMIA

Com o objetivo de, em meio a uma situação de pandemia, ampliar o relacionamento com o cliente, continuar oferecendo todos os serviços necessários à população e, ainda, respeitar as regras de distanciamento social, a Cagece investiu em tecnologias para atendimento ao cliente no Ceará

Por: Érica Bandeira e Renata Nunes

A PANDEMIA INSTAURADA NO MUNDO DEVIDO AO NOVO CORONAVÍRUS vem trazendo uma série de desafios globais para a prestação dos mais diversos serviços. E no estado do Ceará não foi diferente. Aos prestadores de atividades essenciais, lançou-se a tarefa de manter os serviços necessários à sobrevivência, à higiene, imprescindível ao momento, e à garantia de saúde e dignidade mínima aos cidadãos, como é o caso do abastecimento de água e da coleta de esgoto. E fazer isso sem desobedecer

às regras de distanciamento social impostas pelos governos requisitou um plano de ação que priorizasse, acima de tudo, o bem-estar da população.

Diante desse cenário, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) apostou bastante em tecnologias para aprimorar os serviços e o atendimento nos 152 municípios em que atua no estado do Ceará, incluindo a capital, Fortaleza. Nesse contexto, ela lançou, também, novas funcionalidades e incrementou os canais virtuais de atendimento e relacionamento com o cliente.

Entre os serviços oferecidos e os recém-criados estão a autoleitura de consumo, a verificação de categoria, o estabelecimento de condições de negociação de débitos totalmente digitais, o agendamento para atendimento presencial e a adequação da solicitação de todos os outros serviços para os meios virtuais. Integram o leque de atendimento remoto da companhia a atendente virtual, Gesse, que responde pelo site www.cagece.com.br,

o Cagece App, disponível para Android e iOS, e a Central de Atendimento, para solicitações telefônicas.

Atualmente, mais da metade das solicitações dos cinco milhões de clientes que a empresa possui no Ceará está acontecendo de modo virtual. E a grande novidade é que os serviços que se iniciaram em razão da adequação da empresa às regras de distanciamento social permanecerão ativos mesmo após o período de quarentena e os decretos de cada município, conforme afirma o superintendente de gestão e serviços compartilhados da Cagece, Otávio Frota.

“Com o início da pandemia, tivemos o direcionamento para essas ações, que já vinham sendo desenvolvidas gradualmente na Cagece. Uma vez que observamos uma grande adesão e um alto índice de resolutividade no que toca a esses novos serviços, entendemos que a tendência é não apenas continuar oferecendo-os, mas investir cada vez mais em tecnologias para o aprimoramento da experiência do cliente”, destaca.

Transformando a crise em oportunidade | Sempre em consonância com as ações do Governo do Ceará, após a medida que isentou determinado perfil de cliente das faturas de água e esgoto, a Cagece passou a oferecer consulta do tipo e padrão do imóvel, por meio de alguns cliques no site da companhia. A medida permitiu que clientes como Maria de Jesus, professora isenta das contas desde o início da quarentena, pudessem verificar se teriam sido contemplados pelo perfil básico (necessário para a disponibilização do benefício).

COMPANHIA DE
ÁGUA E ESGOTO DO
CEARÁ - CAGECE

“A renda na minha casa diminuiu consideravelmente após o início da pandemia. Não fazíamos ideia de como nos organizar para pagar as contas. Quando fiquei sabendo da isenção, fui direto aos canais da Cagece consultar se tinha direito. Resultado: vi que meu perfil seria contemplado caso consumisse até dez metros cúbicos de água por mês e passei a controlar. Tenho estado isenta desde então”, conta.

A criação da categoria “verificação de padrão de imóvel” foi uma das primeiras mudanças, implementada ainda em março. Mas, além de permitir a conferência do padrão do imóvel, essa novidade também ajudou as pessoas a compreenderem melhor a estrutura tarifária da companhia, que leva em consideração o tipo do imóvel e a categoria social do cliente.

Outro serviço, a autoleitura do consumo mensal de água, lançado para facilitar o controle do consumo pelo cidadão e proporcionar mais segurança aos consumidores e colaboradores, permitiu diminuir a interação física no período mais crítico da pandemia no estado.

Foi mais uma inovação da companhia que surgiu da necessidade de manter o distanciamento dos agentes comerciais, que antes precisavam ir ao imóvel para realizar a leitura dos hidrômetros. Agora, o procedimento pode ser feito de forma remota, resguardando a saúde do profissional e dos clientes durante o período de quarentena.

A autoleitura dos hidrômetros é um serviço que pode ser facilmente realizado por qualquer cliente por meio do *app* da Cagece e consiste em mais um passo da companhia para a modernização dos canais de atendimento.

Conforme Maurício Braga, gerente de Faturamento da Cagece, a iniciativa é importante para o momento da pandemia e significa um salto na facilitação dos serviços. “Acredito que essa nova ferramenta seja de fundamental importância para a empresa e seus prestadores de serviços, além de facilitar a vida do cliente. Em algumas situações, os agentes comerciais têm dificuldades de acessar os imóveis; assim, a leitura remota foi a solução encontrada pela Cagece”, explica.

Adequação essencial | Além de criar novas funcionalidades, a companhia ampliou as que já existiam nos canais, de modo que tudo pudesse ser solicitado de forma remota.

Serviços como o parcelamento de débitos, que em alguns casos só podiam ser feitos nas lojas de atendimento presencial, também passaram a ser disponibilizados via atendimento com a Gesse, atendente virtual, no site da companhia (www.cagece.com.br).

Para Albérico Lopes, supervisor de Desenvolvimento de Sistemas da Cagece, a inclusão do serviço no sistema de atendimento da Gesse surgiu devido à demanda dos próprios clientes e durou cerca de três meses para ser implementada. “Nós recebemos mensagens dos clientes em comentários nas lojas de aplicativos dos celulares pedindo o serviço de parcelamento. Isso foi algo que nos chamou a atenção e, por isso, decidimos implementar”, explica.

Entre os outros serviços que podem ser solicitados pelos canais digitais estão segunda via de conta, desobstrução de esgoto na caixa de visita dos imóveis, verificação de consumo, deslocamento de hidrômetro, acompanhamento de serviço solicitado, conserto de vazamentos, religação de água e reclamação de falta d’água, totalizando 12 demandas que podem ser acionadas de forma totalmente digital.

Negociação remota de débitos | Além disso, compreendendo o momento delicado da pandemia, em que aumentou o número de clientes inadimplentes ou impossibilitados de negociar suas dívidas com a empresa, a Cagece lançou, em agosto, uma campanha de negociação de débitos para a regularização de pendências. Para facilitar o contato do cliente, todo o processo de adesão também foi pensado para os canais virtuais, como o aplicativo Cagece App, o site ou a Central de Atendimento (0800 275 0195), disponível 24h por dia.

Na avaliação de Otávio Frota, a experiência dos clientes com os canais de atendimento neste período aponta para um aumento no seu uso. “Com a ampliação dos serviços via Cagece App e Gesse, disponíveis 24 horas por dia, a tendência é de que

esses meios sejam cada vez mais utilizados, mesmo levando-se em conta a necessidade de superação de algumas barreiras decorrentes de restrições ao mundo digital, a dificuldade de acesso à internet e a preferência pelo contato presencial”, conclui.

Agendamento para evitar aglomeração |

Diante da necessidade de atenção com o retorno do atendimento presencial, considerando-se a amplitude geográfica do estado, que vivia, de forma singular, diferentes momentos da pandemia, a Cagece resolveu adequar os canais digitais para agendar os atendimentos nas 20 lojas que recebem os clientes presencialmente.

A ação também foi implementada em todos os núcleos de atendimento presencial, que funcionam como estruturas menores e se localizam nos 131 municípios e/ou distritos que não possuem as lojas. Os agendamentos vêm sendo realizados por meio do site da companhia, à medida que o atendimento presencial vai sendo gradativamente liberado em cada município, em respeito aos decretos do Governo do Ceará.

As primeiras experiências com essa medida foram positivas para a população e para a Cagece. Graças a ela, os atendimentos estão podendo acontecer de forma reduzida, devido ao fato de o agendado prévio dar a oportunidade para a preparação das estruturas para o recebimento do número adequado de clientes, em conformidade com as necessidades de distanciamento.

De acordo com Agostinho Moreira, superintendente comercial da Cagece, a companhia adotou essa medida com o objetivo de garantir um atendimento presencial seguro, apesar de a prioridade continuar sendo direcionar os clientes aos canais digitais. “Nosso compromisso principal sempre foi com a segurança de nossos consumidores e colaboradores. Tomamos e continuaremos tomando todas as providências necessárias para que qualquer retorno seja gradual e totalmente seguro. Porém, a todo momento, orientamos que os clientes priorizem os demais canais de atendimento, até que tenhamos a situação da pandemia totalmente controlada”, finaliza. ♦

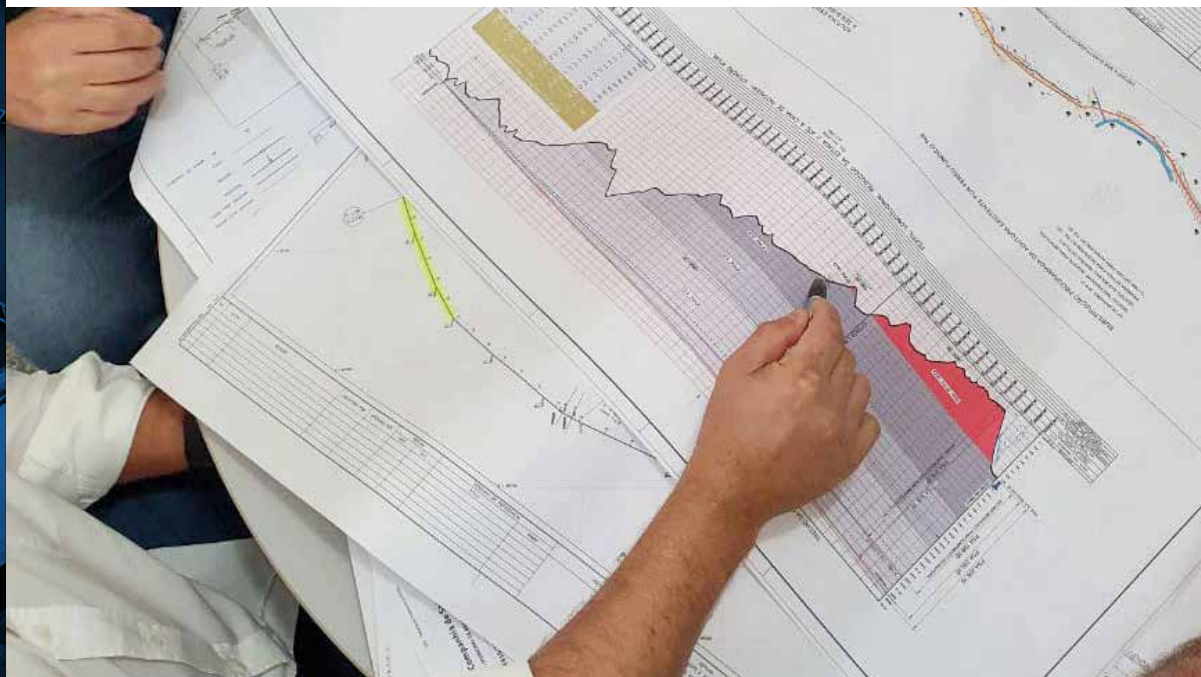
DESO INICIA A SUBSTITUIÇÃO DE PARTE DA TUBULAÇÃO DA ADUTORA DO SEMIÁRIDO

A obra, com três quilômetros de extensão, começou no dia 26 de agosto, no trecho do município de Porto da Folha, e trará mais estabilidade hídrica

Por: Assessoria de Comunicação da Deso

S REGIÕES DO ALTO E MÉDIO SERTÃO E DO AGRESTE CENTRAL DE SERGIPE sentirão os benefícios de um abastecimento mais seguro com a obra que está sendo realizada pelo governo do estado, por meio da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), que substituirá parte da tubulação da rede da Adutora do Semiárido, ao longo de três quilômetros de extensão. A primeira intervenção começou no dia 26 de agosto, no trecho situado no município de Porto da Folha, e a segunda intervenção, no dia 3 de setembro. A previsão é de que a conclusão da obra aconteça dentro de quatro meses.

Para Marcelo Santos Barreto, gerente de Produção e Distribuição do Sertão, o início da obra é recebido com muito entusiasmo. “Trata-se de um sistema bastante importante para o abastecimento de água dos municípios que são atendidos nas regiões do Alto e Médio Sertão e do Agreste Central do nosso estado. A intervenção vai proporcionar a solução de sequenciais rompimentos que, por sua vez, provocam, de forma direta, descontinuidade no abastecimento de sete municípios e, de forma indireta, de outros três municípios. Com essa correção, teremos a possibilidade de ofertar um serviço com maior qualidade e eficiência à população. No momento,





Arquivo Deso



Arquivo Deso

Equipe da Deso trabalha nos projetos da adutora

todos os nossos esforços estão voltados para dar mais celeridade ao andamento da obra e, para isso, estamos utilizando a melhor logística possível para minimizar os transtornos relacionados ao abastecimento no período de execução do serviço programado”, disse.

De acordo com Carlos Anderson Pedreira, diretor de Operação e Manutenção, a expectativa é dar segurança hídrica às pessoas que moram na região. “O objetivo é a tranquilidade que essa obra trará para podermos planejar e trabalhar em outras frentes, pois estamos sempre planejando melhorias em outros sistemas e a todo momento acontecia um rompimento. Portanto, o que mais queremos é que esse problema seja solucionado e, assim, tenhamos tempo para os demais pontos a serem melhorados na empresa”, ressaltou.

Intervenções | A Deso identificou o trecho com maior frequência de rompimentos, que é o de três mil metros. Por meio de um mapa de calor, que identifica os vazamentos, desde os mais antigos até os mais recentes, constatou-se que 95% dos problemas acontecem nesse trecho. Há rompimentos em outros locais, mas isso é natural em uma rede de abastecimento de água, que sofre com pressões elevadas, cargas e transientes hidráulicos.

Segundo o diretor de Operação e Manutenção, as intervenções serão feitas em um período de 12h, iniciando-se às 7h e finalizando-se às 19h, quando a rede já estará em carga novamente, para que não haja tantos reflexos no abastecimento. “Com o início da obra, as paralisações ocorrerão a cada 15 dias, ou seja, elas ocorrerão por etapas. Esses quatro meses serão necessários porque iremos executar os serviços a cada 15 dias e precisaremos de um dia para recuperar o sistema”, disse Carlos Anderson. 💧



Arquivo Caer

CAER AVANÇA NA COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM BOA VISTA

A quarta etapa das obras de esgotamento sanitário está prevista para ser entregue nos próximos meses

Por: Assessoria de Comunicação da Caer

COMPANHIA DE
ÁGUAS E ESGOTOS
DE RORAIMA –
CAER

CAER (COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA) recebe, nos próximos dias, a quarta etapa do sistema de rede de esgotamento sanitário, obra realizada pelo governo do estado por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinf).

Nessa etapa, serão entregues as Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs) dos bairros Nova Canaã, União, Brigadeiro e Way Grande, que atenderão aos bairros Centenário, Jóquei Clube, Olímpico, Caimbé e Pintolândia e parte dos bairros Nova Canaã, Cambará e Dr. Sílvio Leite.

A quarta etapa recebeu um investimento de R\$ 135 milhões e foi realizada por meio de convênio com o Ministério das Cidades. Com a conclusão, mais 100 mil usuários serão beneficiados, totalizando 90% de cobertura de saneamento básico na capital, Boa Vista, que já está classificada como a primeira da região Norte no quesito.

Em 2008, Boa Vista possuía 259 quilômetros de redes de esgoto, atendendo a 6.267 ligações domiciliares. Em 2019, essa realidade mudou, com a conclusão da quinta etapa da obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário, no mês de setembro. A capital passou a dispor de 42 Estações Elevatórias de Esgoto e uma Estação de Tratamento de Esgoto, contabilizando 59.606 ligações ativas.

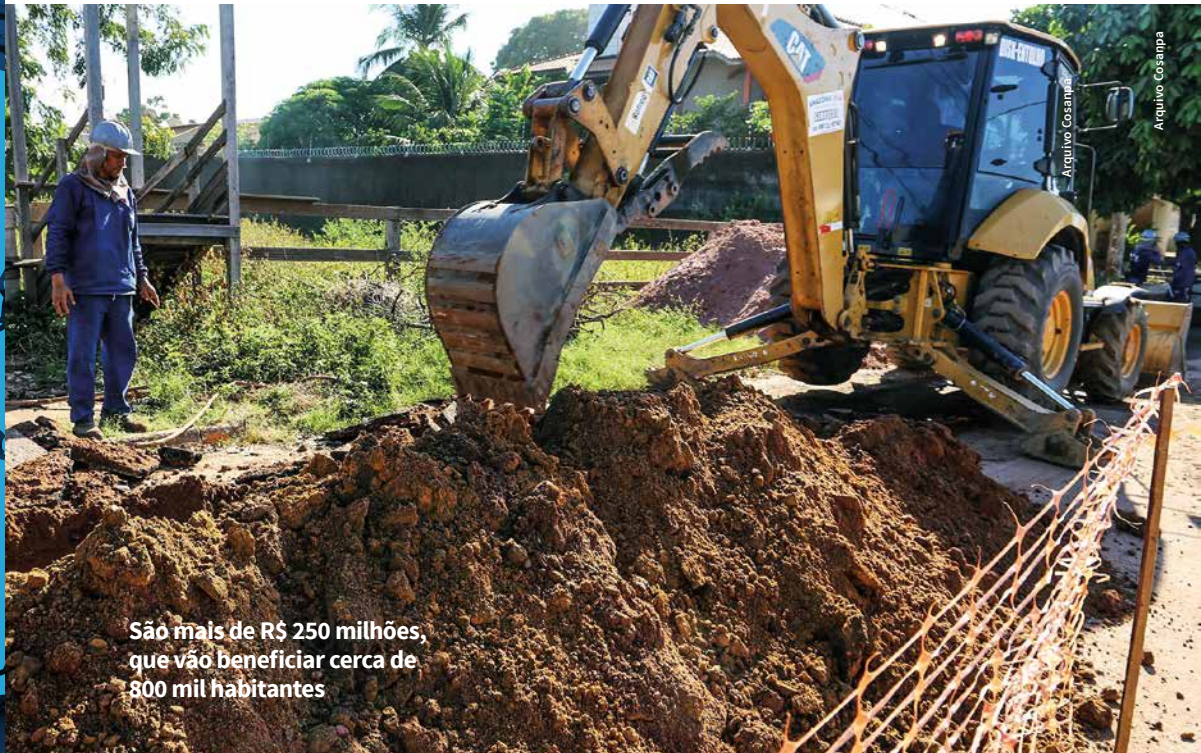
Para 2021, o Governo de Roraima estuda a possibilidade de apresentar o projeto da sexta etapa, que deixará 100% da capital com atendimento de esgotamento sanitário. Também em Boa Vista existem 11.977 situações factíveis, ou seja, situações em que há rede na rua, mas não há ligação por parte do usuário.

Nesses casos, a diretoria da empresa orienta os moradores a fazerem a interligação para usufruírem do sistema, pois, uma vez disponível para uso, a tarifa será cobrada conforme a Lei nº 1.182/2017.

“É uma questão de saúde pública, e o estado está investindo no saneamento básico para que os usuários possam usufruir desse serviço. Até porque, uma vez instalado o sistema, sua tarifa passa a ser cobrada na conta de água, por se tratar de norma legal pela prestação do serviço”, afirmou o presidente da Caer, James Serrador.

Logística | Quando a gestão do sistema passa para a Caer, os moradores recebem cartas informativas com detalhes sobre a disponibilização da rede e, em até 30 dias após o recebimento da carta, eles podem fazer a ligação dos banheiros e pias da cozinha, direcionando o material para as caixas de inspeção construídas. A partir daí, a empresa passa a fazer a manutenção da rede, a limpeza dos poços de visita e o tratamento do esgoto final na Lagoa de Estabilização. 💧





São mais de R\$ 250 milhões,
que vão beneficiar cerca de
800 mil habitantes

OBRAS DA COSANPA AVANÇAM POR TODO O PARÁ

*Cerca de 180 quilômetros de rede estão sendo implantados
por meio do Método Não Destrutivo (MND)*

Por: Assessoria de Comunicação da Cosanpa

MAIS DE 20 BAIRROS DE BELÉM SERÃO BENEFICIADOS COM A OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE REDES da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa). O serviço troca a rede de cimento amianto pela de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), material mais resistente e eficiente.

Cerca de 180 quilômetros de rede estão sendo implantados por meio do Método Não Destrutivo (MND), que faz a inserção da rede por meio de perfurações em dois pontos extremos da via, sem a necessidade de escavar a rua inteira. “A cada 100 metros, fazemos dois buracos, um para a entrada e outro para a saída da tubulação. Após a implantação da rede, temos

outras etapas para executar até chegar na recomposição asfáltica, e o tempo de serviço varia de acordo com o trabalho necessário em cada ponto”, explicou o coordenador técnico do Projeto de Redução e Controle de Perdas da Cosanpa, Eduardo Siqueira.

Desde outubro de 2019, a Cosanpa já implantou cerca de 40% das novas redes. O investimento, de R\$ 250 milhões, vai beneficiar mais de 800 mil habitantes em 26 bairros de Belém. A previsão de conclusão total da obra ficou para 2021.

Santarém | Na região oeste do Pará, conhecida como área do Baixo Amazonas, a Cosanpa desenvolve obras de ampliação do sistema de abastecimento de água. Cerca de R\$ 130 milhões estão

COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO
PARÁ – COSANPA

sendo investidos na perfuração de seis poços, construção de cinco reservatórios e implantação de 300 quilômetros de novas redes para alcançar moradores de mais de 20 bairros da cidade.

Com a ampliação das redes, áreas antes desassistidas passarão a ter água encanada. A autônoma Yara Santos, que mora em Santarém há mais de 20 anos, aguardou durante décadas as melhorias. “Fiquei feliz, é um progresso para nosso bairro. Carregávamos água quando crianças, e muitas vezes tínhamos de ir cedo coletá-la. Tentaram fazer essa obra um tempo atrás, mas não foi para a frente. Conheço pessoas que tinham de pagar para conseguir água na casa dos outros, e agora ela vai chegar aqui”.

Os investimentos, que estavam paralisados desde 2016, foram retomados em outubro de 2019. Ao todo, cerca de 100 trabalhadores integram a equipe. Um deles é o encanador Atenildo Vieira, contratado este ano. “É uma alegria. Já morei em bairro que não tinha água.

É uma satisfação trabalhar em uma obra que vai trazer esse bem para as pessoas. Estou contribuindo para o futuro da cidade”, disse.

Alter do Chão | O distrito de Alter do Chão, a cerca de 40 quilômetros de Santarém, também recebe obras de ampliação do sistema de água. Atualmente, a população de pouco mais de 6 mil habitantes é abastecida por microsistemas. Para mudar essa realidade, no primeiro semestre de 2019, as obras de ampliação do abastecimento, que estavam paralisadas desde 2018, foram retomadas.

O poço profundo já foi perfurado, o reservatório apoiado está em fase de conclusão e agora os trabalhadores avançam na construção do reservatório elevado. Serão implantados 40 quilômetros de rede para distribuir a água captada para casa dos moradores. O investimento do estado em mais essa obra de infraestrutura é de R\$ 13 milhões e tem a meta de beneficiar quase 18 mil pessoas.

A região também será agraciada com obras de esgotamento sanitário, no valor de R\$ 50 milhões – já aprovados pelo governo federal. O projeto básico, que prevê a construção de estação de tratamento de esgoto, 28 quilômetros de rede coletora, 1.035 ligações domiciliares e elevatórias e emissário de cinco quilômetros para despejo de efluente tratado, está em fase de adequação.

“Além de fornecer água de qualidade aos moradores da vila de Alter do Chão, onde fica uma das praias mais bonitas do mundo, a Cosanpa também irá tratar o esgoto que é produzido aqui. Vamos preservar esse patrimônio paraense”, garantiu o engenheiro Diego Batista, responsável pelas obras em Santarém.

A Cosanpa tem obras de ampliação do sistema de água e esgotamento sanitário em outros dez municípios paraenses, que totalizam R\$ 1 bilhão. 💧



Arquivo Cosanpa

CORSAN AMPLIA SERVIÇOS PELOS CANAIS DIGITAIS E APROXIMA CLIENTE

Tecnologia digital está sendo utilizada em vários setores, como operacional, administrativo, comercial e atendimento

Por: Assessoria de Comunicação da Corsan

CONVERGÊNCIA DA TECNOLOGIA COM A COMUNICAÇÃO é uma das grandes evoluções de nossos tempos. Avanços em diversos âmbitos foram conseguidos por essa via, desde a produção científica colaborativa, a medicina e a educação até o saneamento, em suas mais variadas áreas. Na Corsan, ela já vem sendo usada em vários setores, como o operacional, o administrativo, o comercial e o de atendimento ao cliente. E a tecnologia digital alcançou uma dimensão ainda mais importante depois do surgimento da Covid-19 e de o Governo do Rio Grande do Sul decretar, em março deste ano, uma série de medidas para conter a pandemia.

Rapidamente, a empresa traçou um planejamento, privilegiando a comunicação e buscando preservar a saúde de clientes e funcionários. Como o distanciamento físico é imperativo para a prevenção

contra os contágios, a companhia intensificou a divulgação de seus canais usuais de teleatendimento – o Fale Conosco e a Central de Serviços, que podem ser acessados pelo site www.corsan.com.br; o *Call Center* (0800 646 6444); e o App Corsan (disponível gratuitamente para os sistemas iOS e Android). Ao mesmo tempo, diminuiu-se a necessidade de comparecimento às Unidades de Saneamento nos municípios e determinou-se que o atendimento presencial, quando necessário, deveria ser agendado previamente pelos canais digitais. Também o número de operações disponibilizadas pelo teleatendimento foi ampliado, passando a integrar esse leque de serviços o parcelamento de dívidas e a solicitação de religação do abastecimento de água (ambos igualmente abrangidos pelo *Call Center*), assim como o encerramento de contrato e a troca da titularidade/nome do usuário (adicionados ao *app* e à Central de Serviços).

COMPANHIA
RIOGRANDENSE
DE SANEAMENTO
– CORSAN



Shutterstock

O panorama social e as medidas tomadas pela Corsan resultaram em uma maior procura pelos canais digitais. Entre março e julho deste ano, as solicitações de serviços e informações por esses meios representaram 85% do total de atendimentos (com 2.220.601 registros, em um universo de 2.607.172), enquanto que, no mesmo período de 2019, essa relação foi de 64% (1.376.886 registros em 2.140.877).

Além desses caminhos, a empresa também utiliza suas redes sociais (Facebook e Twitter) para potencializar sua aproximação com o público. Uma equipe especializada no relacionamento com os usuários esclarece suas dúvidas ou os encaminha para o serviço adequado. O atendimento feito pelas redes sociais nos mesmos cinco meses deste ano teve um incremento de 81% em comparação com 2019, com 4.791 registros contra os 2.853 do ano passado. Já pelo Fale Conosco, o aumento de contatos foi de 175% em relação a 2019, tendo 24.958 acessos sido registrados no período.

A profissional de Relações Públicas Deise Maçalai Lanot trabalha no atendimento às demandas de clientes recebidas pelo Facebook e Twitter oficiais da Corsan. Deise cita que, no regime de teletrabalho, desde o início da pandemia, por meio da tecnologia do VPN, o padrão do atendimento tem sido mantido, mesmo com o aumento da procura. “Atendemos a vários tipos de demandas de clientes, como solicitações de informações e serviços, reclamações e sugestões, e as encaminhamos às Unidades de Saneamento e demais áreas da companhia. De março a julho, foram feitos mais de cinco mil atendimentos pela equipe, o que consolidou as redes sociais como importantes canais de relacionamento da empresa”, destaca.

Meio rápido para a negociação de dívidas | Além de modificar hábitos na vida cotidiana, a pandemia vem dificultando a saúde financeira de muitas pessoas. Por isso, a Corsan está oferecendo um outro apoio importante aos usuários inadimplentes e, para facilitar o acesso a esse recurso e estabelecer uma relação mais fluida com o usuário, apostou no teletendimento. Em julho, uma empresa de *Call Center*

MARÇO - ABRIL - MAIO - JUNHO - JULHO							
2019				2020			
Internet	840.329	1.376.886	64%	Internet	1.340.552	2.220.601	85%
App	105.022			App	372.116		
Call Center	431.535			Call Center	507.933		
Balcão	763.991			Balcão	386.571		
TOTAL	2.140.877			TOTAL	2.607.172		

REDES SOCIAIS			
2019	Qtd.	2020	Qtd.
Março	678	Março	944
Abril	459	Abril	894
Maio	634	Maio	894
Junho	512	Junho	994
Julho	570	Julho	1.433
TOTAL	2.853	TOTAL	5.159

FALE CONOSCO			
2019		2020	
Mês	Total	Mês	Total
Março	1.526	Março	2.794
Abril	1.403	Abril	7.216
Maio	1.557	Maio	5.859
Junho	2.371	Junho	4.081
Julho	2.219	Julho	5.008
TOTAL	9.076	TOTAL	24.958

foi contratada para entrar em contato com clientes com atrasos de pagamento, com o objetivo de oferecer parcelamentos e evitar o acúmulo de faturas não pagas.

E, em setembro, mais iniciativas foram implementadas pelos canais remotos. No dia 1º, começou a funcionar um programa para negociar dívidas, com o oferecimento de descontos para simplificar a normalização dos pagamentos. Também estão sendo oferecidas, no *app* e na Central de Serviços, a simulação e a realização de parcelamentos. Além disso, a Corsan começou a instalar 320 totens de autoatendimento nas Unidades de Saneamento e em outros locais considerados estratégicos



A relações públicas Deise Maçalai Lanot trabalha no atendimento às demandas de clientes nas redes sociais da Corsan

Arquivo Corsan

e de grande circulação de público, oferecendo neles, inicialmente, sete opções de serviços, como emissão de segunda via de fatura, formalização de notificação de vazamentos e solicitação de religações.

A expectativa é de que a utilização do teletendimento, com a ampliação dos serviços oferecidos por meio das interfaces digitais em decorrência da pandemia, se mantenha entre a população atendida pela empresa. Nesse universo tecnológico em expansão, a Corsan aposta nos canais digitais de relacionamento, buscando mais fluidez para a comunicação e mais autonomia e bem-estar para os clientes. 💧

GOVERNANÇA CORPORATIVA: CASAN IMPLANTA SELEÇÃO TÉCNICA PARA COMITÊ DE AUDITORIA

O CAE é um importante órgão de suporte do Conselho de Administração da empresa

Por: Assessoria de Comunicação da Casan

QUANTO O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO, APROVADO NO CONGRESSO, amplia as exigências de gestão e impõe ainda mais competitividade às empresas de saneamento do país, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) implanta um rigoroso e técnico processo de seleção do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), com o objetivo de avançar na governança corporativa.

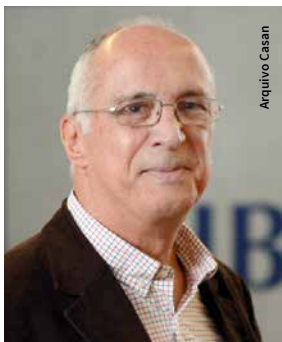
O CAE é um importante órgão de suporte do Conselho de Administração das empresas. Alinhada às práticas

recomendadas pelos organismos especializados em governança do país, a escolha do CAE/Casan observou critérios técnicos na sua condução. “Formatamos o processo tendo como referência as práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), visando a identificar no mercado os especialistas mais qualificados para a função”, explica o presidente do Conselho de Administração, Décio Vargas.



COMPANHIA
CATARINENSE
DE ÁGUAS E
SANEAMENTO
- CASAN

OS MEMBROS DO CAE/CASAN



Arquivo Casan

CARLOS ROCHA VELLOSO

Conselheiro de Administração e conselheiro fiscal certificado pelo IBGC, administrador de empresas com pós-graduação em Administração Financeira e MBA Executivo (COPPEAD/UFRJ), com formação em empresas de auditoria e consultoria. Membro dos Comitês de Auditoria Estatutária da SCGAS e da Companhia Paranaense de Gás (Compagas). Experiências anteriores como membro de conselhos de administração e fiscal e atuação em cargos executivos durante 30 anos (1980-2010) em setores de indústria e comércio nas áreas de finanças, controle e governança.



Arquivo Casan

CRISTIANE SCHOLZ FAÍSCA CARDOSO

Risk officer na ENGIE Brasil desde 2016, é doutora em Economia pela Universidade do Algarve, em Portugal, e mestre em Engenharia de Produção e Sistemas pela UFSC. Graduada em Economia com especialização em Economia de Empresas pela UFSC, Cristiane foi professora de Economia Brasileira e Regional na Unisul e Univali, atuou como analista financeira nas Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) e ocupou o cargo de auditora na Serplan (Serviços Técnicos de Planejamento e Auditoria). Possui certificação em Gestão de Riscos e Auditoria Interna pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).



Arquivo Casan

EDUARDO PERSON PARDINI

Consultor e diretor executivo na Crossover Treinamento, empresa especializada em educação corporativa, gerenciamento de riscos, governança corporativa, auditoria e controles internos. Pardini é profissional certificado para ministrar cursos de controles internos, gestão de riscos e governança pelo Internal Control Institute dos Estados Unidos (ICI), além de ser professor dos cursos de Auditoria Interna do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e pós-graduado em Administração com ênfase em Finanças pela Fundação Álvares Penteado. Tem mais de 40 anos de experiência como executivo sênior em empresas multinacionais e como docente em cursos de graduação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

ADERÊNCIA DO PERFIL AO CARGO

Avalia se a formação acadêmica, as certificações e a experiência profissional do candidato são plenamente aderentes às competências a serem exercidas no âmbito do Comitê de Auditoria (sim ou não)

FORMAÇÃO TÉCNICA

Avalia a formação acadêmica e as certificações profissionais reconhecidas pelo mercado nas áreas de competência do Comitê de Auditoria (0 a 5)

EXPERIÊNCIA

Avalia a efetiva experiência profissional vivenciada nas áreas de competência do Comitê de Auditoria (0 a 5)

NOÇÕES SOBRE O SETOR DE SANEAMENTO

Avalia a percepção do candidato acerca da realidade dos desafios e das oportunidades do setor de saneamento (0 a 5)

ENTREVISTA

Avalia o conjunto de competências, habilidades e atitudes do candidato necessárias ao desempenho na função de membro do Comitê de Auditoria (0 a 5)

A função do Comitê | Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria deve avaliar e monitorar os riscos da empresa, a integridade de suas demonstrações financeiras e seus controles internos, as qualificações e a independência do auditor independente, o desempenho da área de auditoria interna e os processos para cumprimento das leis e dos regulamentos.

O CAE é uma espécie de guardião da integridade dos controles internos e da gestão de riscos da empresa e, por isso, exerce papel fundamental na estrutura de governança corporativa. “A qualificação do Comitê de Auditoria é um passo à frente na governança da nossa instituição”, diz a presidente executiva da Casan, Roberta Maas dos Anjos. 💧

SANEPAR SUPERA SECA SEVERA COM MODELO DE GESTÃO DE CRISE

Companhia lançou uma série de ações para vencer a maior crise hídrica da história do Paraná

Por: Assessoria de Comunicação da Sanepar

Técnicos na Pedreira da Malhada

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR) está superando a maior crise hídrica da história do Paraná com uma série de medidas. A empresa adotou o sistema de rodízio no abastecimento, implantou captações emergenciais de água e antecipou obras estruturantes. O maior impacto da estiagem severa ocorre na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com 3,5 milhões de habitantes, que correspondem a 30% da população do estado.

As medidas seguem o protocolo de gestão de crise implementado pela Sanepar em 2019, quando surgiram os primeiros sinais de estiagem e as previsões meteorológicas indicavam um período longo com chuvas abaixo da média. Em março, a companhia implantou rodízio na região sul de Curitiba e acionou os pontos de captação alternativa de água mapeados previamente para compensar os baixos índices pluviométricos e a queda na vazão de rios e poços.

No fim de abril, a baixa no nível das quatro barragens que compõem o sistema

integrado da RMC levou a firma a estender o rodízio a toda a população. No início de maio, o Governo do Paraná decretou situação de emergência hídrica, a qual levou o abastecimento público a ter prioridade no uso da água.

Nas outras regiões do estado, embora todos os sistemas estejam sendo operados dentro da normalidade, o monitoramento das condições dos mananciais permite à Sanepar avaliar a necessidade de medidas emergenciais. No oeste, onde foi implantado rodízio em algumas cidades no fim de 2019 e início de 2020, a execução de obras e as chuvas deram equilíbrio aos sistemas.

“Enfrentamos um duplo desafio: o de garantir abastecimento durante a crise hídrica e o de enfrentar a pandemia do coronavírus”, afirma o diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile.

Obras | No fim de março, a Sanepar colocou em funcionamento mais um conjunto de motobombas na Estação de Tratamento

COMPANHIA DE
SANEAMENTO
DO PARANÁ –
SANEPAR



de Água (ETA) Iguaçú, em Curitiba, para injetar 300 l/s ao sistema integrado metropolitano. A ETA Iguaçú é a maior estação do estado, produzindo 3.600 l/s.

No fim de abril, a companhia antecipou a interligação de uma elevatória do

Reservatório Corte Branco, o maior de Curitiba, a outros dois reservatórios. A obra, que já estava em andamento, foi acelerada para reforçar a distribuição de água na região sul.

Para compensar a queda na vazão do Rio Despique, que abastece a cidade de Fazenda Rio Grande, também na região sul, a Sanepar implantou captação de água em cavas de extração de areia, com incremento de 60 l/s ao sistema produtor.

Além disso, a empresa também efetuou a transposição de cavas do Parque das Águas, em Pinhais, para a ETA Iraí, levando 150 l/s para a estação de tratamento, contribuindo, assim, para a prolongar a reserva da Barragem Iraí.

Foram igualmente realizadas transposições de particular para o Rio Cotia, em São José dos Pinhais; dos Rios Pequeno e Miringuava Mirim para o Rio Miringuava; e da Lagoa do Orleans para a Barragem do Passaúna, em Campo Magro.

A Sanepar executou bombeamento emergencial no arroio dos Biazes, em Balsa Nova; melhoria do ponto de captação em Rio Negro; e abastecimento de regiões críticas com caminhão-pipa.

Agravamento do rodízio | Mesmo com todas as medidas adotadas, o prolongamento da estiagem baixou os níveis dos reservatórios aos menores índices de sua história: 27% em

meados de agosto. A Sanepar, então, adotou novo modelo de rodízio para o fornecimento de água a Curitiba e Região Metropolitana, em que houve redução do intervalo entre a suspensão e a retomada do abastecimento: a população ficará um dia e meio sem água e um dia e meio com água (36 horas x 36 horas). E, ademais, anunciou que, se os níveis chegarem a 25%, o modelo será de 24 horas com água e 48 horas sem água.

META20 | Para fazer frente ao agravamento do cenário, a companhia lançou a campanha META20, que alerta a população a economizar 20% do consumo de água. A campanha contém orientações de como reduzir o consumo diário em casa. Além disso, em parceria com o Sindicato das Indústrias de Construção Civil, intensificou-se a divulgação da META20 em meio aos condomínios residenciais classificados como grandes clientes na Região Metropolitana de Curitiba.

Alerta Água | A Sanepar lançou, em agosto, o canal Alerta Água, via WhatsApp, exclusivo para receber alertas de desperdício de água no período de crise hídrica. Nos primeiros 15 dias, foram feitos 1.250 comunicados de uso abusivo da água. As reclamações são recebidas pela equipe de educação socioambiental, que entra em contato com o cliente que estaria desperdiçando água para orientá-lo quanto à importância de adotar novos hábitos de consumo.

Caixas d'água | Com o objetivo de diminuir o impacto do novo rodízio sobre a população mais vulnerável, a Sanepar iniciou a distribuição gratuita de caixas d'água de 500 litros para 2.800 famílias da Região Metropolitana de Curitiba.

O benefício atendeu a famílias incluídas no Programa de Tarifa Social, em áreas de rodízio e em localidades onde é mais demorada e mais difícil a recuperação do abastecimento (ponta de rede ou topografia acidentada). Cada família recebeu um kit de instalação e a estrutura de suporte da caixa. Essa ação teve parceria com a Tigre, que doou mil caixas d'água, e com a operadora de ferrovias Rumo, que cedeu suportes de madeiras para os reservatórios. 💧



Barragem do Passaúna

RETORNO ÀS ATIVIDADES

Mesmo com a pandemia do coronavírus, os setores produtivos precisam retomar as atividades. Conheça medidas importantes para prevenir a contaminação em diferentes ambientes

COM NÚMEROS SUPERIORES A 22 MILHÕES DE PESSOAS INFECTADAS e 800 mil mortos pela Covid-19 em todo o mundo até o mês de agosto, já é possível afirmar que o ano de 2020 transformará a humanidade para sempre. Além da grave crise na saúde, a maior pandemia viral do século mudou a maneira como as pessoas trabalham, se divertem e se relacionam, gerando impactos na economia que ainda não podem ser mensurados em sua totalidade. No Brasil, no mesmo período, mais de três milhões de casos já haviam sido confirmados, com a curva de contaminação ainda em ascensão.

Tamanha crise, sem data certa para terminar, colocou no noticiário o termo “novo normal”. Como será a vida em sociedade quando a pandemia passar? Conceitos como teletrabalho,

distanciamento, higienização e uso de máscaras vieram para ficar? Enquanto essas perguntas ainda não podem ser totalmente respondidas, o prejuízo no mercado de trabalho não espera. Após o fechamento de 700 mil empresas no Brasil até o mês de julho, de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego ultrapassou 12%.

A cada dia fica mais claro que as atividades econômicas precisam ser retomadas. Gradativamente, governos estaduais e o Distrito Federal têm liberado o retorno presencial das pessoas ao trabalho, a atividades de lazer e a restaurantes, iniciativa que sempre esbarra no aumento da curva de contaminação. Isso leva o Ministério Público e o Poder Judiciário a interferir nos impulsos do Executivo de liberar determinados segmentos.

Em ambientes públicos, a prevenção contra o coronavírus está sendo feita de três maneiras principais: distanciamento, higienização e uso de máscara. Segundo a médica infectologista Valéria Paes, agora que o isolamento começa a ser flexibilizado, os dois últimos itens supracitados precisam ser intensificados e fortalecidos. “O simples ato de sair de casa para o trabalho já apresenta diversos riscos de contaminação. É importante pensar estrategicamente em se proteger desde quando se colocam os pés na rua. Por exemplo, evitando os horários de pico nos transportes públicos e respeitando o distanciamento social de 1,5 m entre cada passageiro. Na hora de almoçar, experimente um horário de menor movimento etc.”, destaca. A especialista alerta, ainda, sobre a correta utilização das máscaras. “É muito importante levar mais de uma máscara quando sair de casa



AS VACINAS MAIS AVANÇADAS NO COMBATE À COVID-19

OXFORD – ASTRAZENECA (REINO UNIDO)

Apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como estando entre as mais avançadas no mundo, a vacina da universidade britânica já teve seus resultados da fase 2 divulgados, atestando segurança e capacidade de geração de resposta imune. A expectativa é de que o primeiro lote contenha 15,2 milhões de doses e seja produzido até dezembro de 2020. O Brasil está entre os países-teste por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

MODERNA (ESTADOS UNIDOS)

Com resultados muito animadores na fase 1 de testes, a vacina norte-americana ainda não divulgou os resultados da fase 2. Contudo, além de se mostrar segura, desenvolveu a resposta imunológica ao introduzir um pequeno fragmento do código genético do coronavírus no paciente. Se essa técnica funcionar, será a primeira vacina a empregar esse método.

SINOVAC (CHINA)

A vacina já teve os dados da segunda fase divulgados e são positivos. Também conhecida como CoronaVac, está sendo testada, no Brasil, em 9 mil profissionais da saúde. A empresa já tem um acordo com o Instituto Butantan para distribuição no país.

e trocá-las de quatro em quatro horas, pois elas umedecem, o que facilita a contaminação pelo coronavírus”, diz. No momento da troca, é preciso guardar as máscaras sujas separadas das limpas e, quando retornar à casa, higienizá-las com água e sabão”, completa.

Responsabilidade conjunta | Para que o retorno ao trabalho presencial seja seguro, as empresas também devem estar comprometidas com a adoção de medidas para proteger os funcionários da Covid-19. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é imprescindível que as companhias criem um plano para evitar que a doença se propague no ambiente laboral. A higienização das superfícies, como salas de reunião, copa, refeitórios e banheiros, por exemplo, é uma medida essencial de prevenção de responsabilidade da empresa. “Os produtos corretos para essa higienização são as substâncias antissépticas, como o álcool líquido e a solução de hipoclorito de sódio. Assim como sabão e água, que devem estar disponíveis sempre”, alerta a infectologista. “A ventilação do ambiente é outro ponto essencial. Portanto, é preciso deixar as janelas abertas e, de preferência, o ar condicionado ligado”.

Daniel Sampaio, 36 anos, é designer gráfico no Palácio do Planalto e trabalhou um mês de casa, no formato de teletrabalho, até regressar ao regime presencial. Ele comemorou o retorno. “Minha atividade requer que a equipe interaja o tempo todo. Estar longe foi complicado. Por isso ficamos tão pouco tempo”, conta. Ele explica que não se sentiu inseguro. “Além do compromisso em fazer nosso trabalho com excelência, me senti protegido devido às medidas que foram adotadas. Aumentaram o espaçamento entre as estações de trabalho, o uso de máscara passou a ser obrigatório, a limpeza foi reforçada e a desinfecção dos ambientes começou a ser realizada semanalmente”, comemora.

Em caso de contaminação | Profissionais da Secretaria de Saúde do Distrito Federal elaboraram o “Documento Orientador para Empresas – Retorno ao Trabalho”, com informações sobre como deve ser a volta dos trabalhadores às atividades. O intuito é explicar os principais critérios utilizados, no Brasil e no mundo, para que esse retorno seja seguro.

RECOMENDAÇÕES DE HIGIENIZAÇÃO

NO TRABALHO

Ao chegar no ambiente, limpe os sapatos em tapetes sanitizantes ou use propés. Em seguida, lave bem as mãos com água abundante e sabão por, no mínimo, 20 segundos (lembre-se de esfregar bem as unhas e todos os lados das mãos). Passe o álcool em gel nas mãos e pulsos e o álcool líquido em superfícies, como mesas, teclados, mouses, telefones e todos os utensílios utilizados. Troque a máscara de 4 em 4 horas e guarde as que estão limpas e secas em locais separados. Mantenha o distanciamento de 2 metros de outras pessoas e evite aglomerações.

EM RESTAURANTES

Ao chegar e antes de sair do estabelecimento, procure um lavatório para lavar as mãos, secar em papel-toalha e, em seguida, aplicar o álcool em gel. Os pedidos devem ser feitos, preferencialmente, em aplicativos ou cardápios higienizados. No caso de self-service, sirva seu prato em silêncio. Mantenha máscara no rosto até o momento de comer e evite aglomerações nos salões.

A recomendação é que funcionários com diagnóstico confirmado de Covid-19 recebam atestado médico para permanecer em casa por 14 dias. Caso o indivíduo não apresente febre, poderá retornar ao trabalho no 15º dia. Já o trabalhador com sintomas e com teste negativo receberá um atestado médico para permanecer em casa por 14 dias. Isso ocorre por haver 40% de chance de o teste ser falso negativo.

Essas informações são confirmadas pela infectologista Valéria Paes. “Pessoas que possuem sintomas gripais e respiratórios não devem comparecer ao trabalho. Mesmo que o quadro seja leve, elas podem estar infectadas e contaminar outras, gerando um surto no local”, orienta. Enquanto a sociedade espera por uma resposta da ciência, seja por vacina, seja por um tratamento eficaz, é essencial fazermos nossa parte para achatarmos a curva de contaminação e mortes. Adotando e praticando todas as medidas de segurança, é possível aos poucos voltar à normalidade”, conclui. ♦



Arquivo Sabesp

NOVO MARCO DO SANEAMENTO: A PANACEIA OU UM DESASTRE TOTAL?

DESDE O INÍCIO DAS DISCUSSÕES SOBRE O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO, temos visto muitas argumentações defendendo ou atacando as mudanças propostas. Em alguns casos, o entusiasmo chega a fazer com que pensemos que se trata de uma verdadeira panaceia. Em outros, há previsões de desastre. Acredito, porém, que nenhuma das hipóteses extremistas corresponde à realidade. O que o Novo Marco traz é uma grande possibilidade de avanço para o setor, propondo uma maior padronização da área de regulação e abrindo mais espaço para a participação do capital privado.

Isso, por si só, garante que até 2033 todos os brasileiros tenham abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto? Obviamente não. Abre-se um novo caminho, trazem-se mais opções de financiamento e proporciona-se mais defesa, com melhor regulação, para todos os *stakeholders*, mas, no fim das contas, tudo ainda dependerá de como o saneamento é planejado e executado em todas as suas fases.

Algo é certo: deixar as coisas como estavam seria manter os mesmos problemas sem que se vislumbrasse qualquer saída. O Novo Marco abre possibilidades. Cabe, porém, aos governantes, a nós, técnicos, aos investidores e à sociedade organizada fazer com que dê certo.

É uma excelente oportunidade para harmonizar e padronizar a regulação do setor, que ficará sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA). Dessa forma, não haverá mais diferenças entre aquilo que se propõe e aquilo que se cobra dos envolvidos no processo de saneamento, ou seja, o cliente, o concedente (município) e o prestador do serviço, seja este empresa privada ou órgão público. Uma boa regulação faz com que a tarifa seja mantida no nível

ótimo, permitindo a realização do melhor serviço possível a um preço que o cliente pode pagar.

A segurança jurídica é fundamental para a atração do capital privado, porque já está claro que o setor público não tem como sustentar sozinho investimentos tão grandes e de tão longo prazo. Agora, se o investimento é privado ou público, a meu ver, é o menos importante. O que não pode faltar é uma boa administração e a prestação dos serviços necessários. A Sabesp, que tem quase metade das suas ações nas mãos de acionistas privados, é um exemplo de bons resultados, sendo referência no país e no mundo.

A Sabesp tem larga experiência na atuação com a iniciativa privada e vai continuar com essas parcerias, sempre buscando novas alianças e novos mercados. Isso é muito importante para agregar inovação e diferentes tecnologias às atividades. O sucesso das parcerias da Sabesp com a iniciativa privada está evidenciado no êxito de empreendimentos como o Aquapolo, a Attend Ambiental e os sistemas produtores São Lourenço e Alto Tietê.

Para a Sabesp, o fundamental é que haja segurança jurídica para investir e trabalhar, considerando que já temos estrutura, excelência técnica e capacidade econômica para atuar em qualquer tipo de ambiente competitivo. Estamos dentro das metas previstas, tendo praticamente alcançado a universalização do abastecimento de água, realizado em mais de 300 dos 375 municípios operados. E também foram feitos grandes investimentos na coleta e tratamento de esgoto para elevar os seus índices ao atendimento à totalidade da população.

É importante destacar que a Sabesp é responsável por aproximadamente 30% dos recursos destinados ao saneamento no país. Isso faz de São Paulo o estado

que mais investe nessa área. Em 2019, por exemplo, a companhia executou 237 mil novas conexões de esgoto, 4,4% a mais do que o proposto para o período, além de 204,8 mil ligações de água, superando em 10% o projetado.

Um ponto interessantíssimo do Novo Marco é a possibilidade que se abre para o atendimento a áreas informais, possibilitando o resgate de populações que até hoje sofriam com impasses legais para receber serviços de saneamento. Com esse intuito, precisaremos trabalhar intensamente com as prefeituras, comunidades e outros entes para reduzir um problema que afeta milhões de pessoas.

Uma coisa é certa: universalizar o saneamento no país é um grande desafio para toda a sociedade e a Sabesp está pronta para cumprir a sua parte. 💧



Shutterstock

ÁGUA É DIREITO DE TODOS

AESBE LANÇA PORTAL EM DEFESA DO NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO



A Lei nº 12.046/2020 foi o resultado do trabalho de deputados e senadores que, junto com a sociedade, buscaram o melhor caminho para garantir a universalização do saneamento no Brasil.

Porém, após a sua aprovação no Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro vetou 12 de seus artigos.



E a quebra de acordo entre os Poderes Executivo e Legislativo pode levar à judicialização da nova lei, o que, na prática, inviabiliza a sua aplicação.

A Aesbe convida toda a sociedade a apoiar a derrubada dos vetos. Para isso, criou um site que reúne todas as informações necessárias para você entender a importância desse reposicionamento e fazer parte dele.

A LUTA DA AESBE É EM PROL DO SANEAMENTO PARA TODOS.

Participe da campanha Água É Direito de Todos.
Para saber mais, acesse aesbe.org.br/aguadireitodetodos

AS NOVIDADES DO SANEAMENTO ESTÃO NA SANEAR

UM NOVO EXEMPLAR
A CADA 3 MESES

12 ANOS NO
MERCADO EDITORIAL

10 MIL EXEMPLARES
DE CIRCULAÇÃO
NACIONAL

4 MIL INSCRITOS NO
ÚLTIMO ANO PARA
O RECEBIMENTO DA
VERSÃO ON-LINE



QUER ANUNCIAR?

Solicite seu mídia kit: 61 3022-9600 • www.aesbe.org.br
comunicacaoeimprensa@aesbe.org.br



aesbe

Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento